



FACULDADE CATÓLICA CAVANIS DO SUDOESTE DO PARÁ

**CURSO DE BACHARELADO EM
DIREITO**

**NOVO PROGRESSO - PA
2024**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará - FCCSPA, para fins de autorização do curso perante o Ministério da Educação – MEC.

Sumário

1	INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	6
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	6
1.2	OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO	8
1.2.1	Objetivo Geral	8
1.2.2	Objetivo Específicos	8
1.3	PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	9
1.4	O PPC DO CURSO DE DIREITO	9
2	INFORMAÇÕES DO CURSO	10
2.1	APRESENTAÇÃO	10
2.2	JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	11
2.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	12
2.4	FORMA DE ACESSO AO CURSO	12
2.5	CONTEXTO EDUCACIONAL DO CURSO	14
2.6	METODOLOGIA DO CURSO	15
2.7	OBJETIVOS DO CURSO	16
2.7.1	Objetivo Geral	16
2.7.2	Objetivos Específicos	16
2.8	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	17
2.9	HABILIDADES E COMPETÊNCIAS FUNDAMENTAIS A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS NO DECORRER DO CURSO	19
2.10		20
3	PRÁTICAS	21
3.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	21
3.1.1	Políticas de Ensino	21
3.1.2	Políticas de Iniciação à Pesquisa	22

3.1.3 Políticas de Extensão	22
3.1.4 Políticas de Gestão	22
3.1.5 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	23
3.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO	24
3.2.1 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito Formação Geral	24
3.2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito Formação Técnico-Jurídica	24
3.2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito Formação Prático-profissional	25
3.2.4 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito Formação Específica	26
4 ESTRUTURA CURRICULAR	27
4.1 MATRIZ CURRICULAR	33
4.1.1 Ementário	37
4.2 METODOLOGIA	96
4.3 ENSINO, INICIAÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO	98
4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	99
4.5 ESTÁGIO CURRICULAR	100
4.5.1 Estágio Não Obrigatório	101
4.5.2 Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ	102
4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO BACHARELADO EM DIREITO	103
4.7 APOIO AOS DISCENTES	103
4.8 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	108
4.8.1 Sistema de autoavaliação institucional e do curso	111

5 CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	113
5.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	113
5.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	114
5.3 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO	116
5.4 QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	117
6 INFRAESTRUTURA	119
6.1 BLOCO DO CURSO DE DIREITO ANEXO AO PRÉDIO SEDE DA FACULDADE	119
6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	119
6.3 SALA DE PROFESSORES E SALA DE TEMPO INTEGRAL	119
6.4 SALAS DE AULA	120
6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	120
6.6 BIBLIOTECA	121
6.7 RECURSOS AUDIOVISUAIS	122
6.8 ATENDIMENTO À COMUNIDADE	122
7 REFERENCIAIS TEÓRICOS DO PPC	123
ANEXOS	125

1 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

a) Nome da mantenedora: Sociedade Educacional do Oeste do Pará

b) Base legal da mantenedora

- **Endereço:** Rua Boa Vista, esquina com a Rua Edelberto Henrique Oderdenge, s/n, Quadra 756, Lote 01, Setor 11, Bairro Jardim Santarém, município de Novo Progresso-PA.
- **Telefone:** (093) 3528-2069 e (093) 98102-3173
- **E-mail:** viani2012@hotmail.com
- **Razão social:** Sociedade Educacional Católica do Oeste do Pará.
- **Registro no cartório:** Protocolo:1257 Livro: A- 2; Folha: 51; Nº 48.
- **Data de publicação no D.O.U.:** 11 de outubro de 2016
- **Portaria Ministerial de Credenciamento:** Resolução nº 1.120 de 10 de outubro de 2016

c) Nome da IES: FCCSPA – Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará

d) Base legal da IES

- **Endereço:** Rua Boa Vista, esquina com a Rua Edelberto Henrique Oderdenge, s/n, Quadra 756, Lote 01, Setor 11, Bairro Jardim Santarém, município de Novo Progresso-PA.
- **Telefone:**(093) 3528-2069 e (093) 98102-3173
- **E-mail:** fac.catolica.cavanis@gmail.com
- **Site:** www.cavanis.edu.br

e) Perfil Institucional

O perfil da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) está em seu caráter e identidade centrados na comunidade e na realidade específica onde atua relacionando com o meio ambiente. Neste sentido, objetiva somar forças na recuperação de valores humanos, de acordo com o mundo contemporâneo, estabelecendo princípios para a formação de grupos de convivência universitária no intuito de resgatar as relações interpessoais e colocar o saber a serviço do bem público.

d) Missão da IES:

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) tem como missão produzir, sistematizar e socializar o conhecimento a partir de valores ético cristãos, tendo como perspectiva o desenvolvimento de uma sociedade justa,

democrática e solidária e como visão tornar-se referência em ensino superior na região.

Por meio de um ensino de excelência e a necessária indissociabilidade entre a iniciação à pesquisa e à extensão, a Faculdade incentiva a produção de novos conhecimentos e prepara profissionais a partir de uma sustentável base teórica, com coerência entre a teoria e a prática, contribuindo para o avanço educacional, científico, tecnológico e cultural. Pauta-se no respeito ao pluralismo e à diversidade, na participação ativa, corresponsável e no compromisso socioeconômico e ambiental da região sudoeste do Pará.

Com empenho, comprometimento e espírito comunitário oportuniza uma educação de qualidade na formação profissional e de especialistas em nível superior, inclui a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e reflexivo, comprometida com a dignidade humana, nos aspectos espirituais, sociais e afetivos, alicerçados nos sólidos princípios do Evangelho.

e) Breve Histórico da IES:

Os líderes da Comunidade, Paróquia e os representantes do município de Novo Progresso, ao pensarem a criação da Faculdade Católica Cavanis, discutiram, analisaram e estudaram a viabilidade de execução deste projeto.

Desde 2004, um grupo de representantes das lideranças locais, reunidas com o Pe. Giuseppe Viani, então superior Provincial da Província Antônio e Marcos Cavanis do Brasil, atendendo ao projeto da Congregação de realizar uma obra educativa no espírito dos nossos Fundadores, Pe. Antônio e Pe. Marcos Cavanis, em Novo Progresso, realizaram algumas reuniões com vistas à efetivação deste objetivo.

Foi, porém, a partir de 2007, com a vinda do Pe. Giuseppe Viani para a paróquia Santa Luzia de Novo Progresso – PA, que iniciou a concretização deste sonho: montar uma Faculdade na Amazônia.

Assim, após muitas reuniões, foi que aos poucos nasceu a Sociedade Educacional Católica do Oeste do Pará (SECOP), com os estatutos, os sócios fundadores, a diretoria e o CNPJ. A Divina Providência permitiu que, com os recursos de muitos colaboradores, conseguissem adquirir uma área urbana de terra com mais de 150.000 metros quadrados. Os sócios e a diretoria discutiram sobre os cursos a serem implantados. Prevaleceu à opinião de se priorizar cursos superiores úteis para a nossa região.

A cidade de Novo Progresso é situada no coração da Floresta Amazônica, bioma e pulmão da humanidade, que se encontra em pleno desenvolvimento onde justifica a necessidade de implantação do ensino superior. Nesse sentido a Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) implantou inicialmente os cursos de graduação de Sistemas da Informação no ano de 2017, Administração e Ciências Contábeis no ano de 2018.

1.2 OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

1.2.1 Objetivo Geral

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) tem o compromisso e o comprometimento com a educação e com a finalidade de formar profissionais que atendam a demanda do mercado de trabalho, ainda carente de profissionais especializados, cidadãos aptos a atuar socialmente e profissionalmente na comunidade. Criando assim, condições para uma competente formação humanística e profissional, baseada em uma visão ética e filosófica, pautada em uma transformação pessoal e social. Os objetivos que a instituição pretende obter de seus alunos e profissionais é a atuação competente na área de formação destes, a fim de que possam contribuir positiva e democraticamente para uma melhor qualidade de vida.

1.2.2 Objetivo Específicos

Como objetivos específicos, apresentam-se:

- a) Formar profissionais em nível superior, por meio de cursos de Graduação, Pós-graduação e Extensão;
- b) Ampliar ações e projetos voltados para a formação inicial e continuada de internos (institucionais) e externos (da comunidade), visando estimular a criação cultural, científica, ambiental, humana e social do pensamento reflexivo;
- c) Desenvolver políticas, de articulação da pesquisa, da teoria e da prática pedagógica da graduação e da pós-graduação, valorizando o aspecto interdisciplinar da formação dos educadores e dos educandos;
- d) Priorizar as ações do núcleo psicopedagógico aos discentes da Instituição;
- e) Promover atividades de integração entre os diversos setores de ensino, pesquisa e extensão;

- f) Promover intercâmbio nacional e/ou internacional da Faculdade Católica Cavanis com outras instituições de ensino;
- g) Aprimorar os instrumentos voltados para a avaliação interna e externa da qualidade dos cursos de Graduação e Pós-graduação;
- h) Promover a capacitação, a qualificação e o treinamento do servidor para melhor desenvolvimento da Instituição.

1.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

As diretrizes e normas gerais da Instituição apontam para horizontes em que todos os envolvidos no processo metodológico, isto é, dirigentes, professores, técnico-administrativos e alunos, testemunham empenho e competência no desenvolvimento das atividades da Instituição, conscientes da dignidade transcendente do ser humano, em direção a uma perspectiva que compreenda valores éticos no sentido da prestação de serviços à comunidade. Partindo de pressupostos que norteiam as diretrizes curriculares, a Instituição procura caminhos teóricos e metodológicos que expliquem a dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa atualmente.

1.4 O PPC DO CURSO DE DIREITO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) é um documento desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso e tem como finalidade mapear e ajustar a estrutura do curso ao perfil do egresso, atualizar e promover atividades que modernizem a qualidade profissional, cultural e social do aluno. Reproduz a organização do curso, viabilizando o trabalho de formação educacional e profissional.

Nesse sentido, apresenta um ordenamento didático-pedagógico do funcionamento amplo do curso, envolvendo os recursos humanos, tecnológicos, bibliográficos e de estrutura física, como também as possibilidades das práticas educacionais, que se encontram harmonizados para promover o ensino ministrado nas disciplinas, nas atividades complementares e nas demais atividades propostas para o curso.

O Projeto Pedagógico aprecia para o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais, que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia e o perfil dos concluintes, obedecendo às Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Ademais, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) é baseado no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará e estabelece as orientações para a obtenção de padrões de qualidade na formação do bacharel em Direito.

O curso oferece o ensino embasado em sólida formação profissional, teórico prática e básica, visando à formação de um profissional de Direito completo. O perfil e estrutura do curso seguem com vistas a formar profissionais capazes de realizar transformações sociais, que sejam empreendedores éticos, críticos, conscientes, comprometidos com a formação e o aprendizado contínuos.

Infere-se, portanto, que a formação profissional do bacharel em Direito deve resultar da integração de várias competências distintas da exclusivamente científica, e que deve dominar o conhecimento da crítica, da técnica, da relacional, da atuação prática e da humanística, desenvolvendo também interesse especial pelos aspectos sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos em geral e, em especial, da Região Amazônica.

2 INFORMAÇÕES DO CURSO

2.1 APRESENTAÇÃO

O curso de graduação em Direito tem seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) construído coletivamente e implementado no curso por meio do seu Núcleo Docente Estruturante - NDE que acompanha a sua consolidação em consonância com o Colegiado do Curso, seu corpo docente e discente, com a finalidade de estabelecer as bases do Curso de Bacharelado Direito da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA), partindo do estabelecido na Lei 9.394/96 que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O PPC de Direito é o documento que norteia seu funcionamento: a estrutura e o conteúdo curricular; os recursos materiais e humanos disponíveis; a justificativa de oferta do curso; as ações pedagógicas e administrativas realizadas para que os objetivos do curso, o perfil de formação do egresso e suas competências e habilidades sejam alcançadas. Estas informações estão em consonância com o que estabelece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação Direito e as inovações.

2.2 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

O curso de Direito da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) tem como finalidade que o egresso obtenha o sucesso profícuo na vida profissional, tornando-se excelentes advogados, docentes, pesquisadores, além de obterem êxito em concursos públicos em todas as áreas jurídicas. Além de excelentes resultados no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, no intuito de figurar no rol das melhores faculdades de Direito do Estado do Pará.

Para tanto, o curso de Bacharelado em Direito deve buscar estabelecer uma política voltada para às questões de âmbito nacional e internacional, com ênfase na Amazônia, fortalecendo as linhas de ensino, pesquisa e extensão na área dos Direitos Humanos e, em especial, do ordenamento jurídico ambiental e agrário e às novas tecnologias.

Pretende-se fornecer ao futuro Bacharel em Direito o instrumental necessário para compreender a realidade dentro da qual exercerá sua profissão, agindo sobre ela. O que se almeja é incentivar a percepção e a compreensão normativa da vida social no seu processo de mudança, ao invés de transmitir um conhecimento abstrato e, por ser dogmático, desvinculado de suas referências de realidade. Dessa forma, o domínio do conhecimento jurídico deve ultrapassar o aspecto meramente positivista, possibilitando que o aluno perceba o Direito não como um fim, mas como um instrumento de transformação social. O curso Direito é um curso necessário e determinante para o crescimento e fortalecimento da região Sudoeste do Pará.

Novo Progresso situa-se na região Sudoeste do Pará, fazendo parte da região Amazônica e atinge uma área territorial de aproximadamente 38.162 Km², com divisa nos municípios de Alta Floresta, Altamira, Itaituba e Jacareacanga. Segundo os dados do IBGE de 2020 tem uma população estimada em 25.766 habitantes. Ao todo, incluindo a população da Transgarimpeira, calcula-se que a região toda, atinge aproximadamente 85.000 moradores. Nesse sentido, a oferta do curso de Direito contribuirá para a regionalização do curso, na medida em que buscará articular conteúdos voltados para a realidade regional e desenvolver áreas do Direito essenciais para a região aonde o curso é oferecido.

O público alvo do curso é composto de egressos dos cursos de Ensino Médio engajados com as questões sociais, sendo que a oferta do curso de Bacharelado em Direito tem por finalidade a formação de profissionais que valorizem os processos de atualização permanente, iniciada com a graduação, e que deem continuidade à sua

formação profissional, seja por meio de cursos de atualização ou por meio de uma formação continuada com cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Estes futuros profissionais poderão, portanto, colaborar efetivamente para uma melhoria da qualidade de vida da população e contribuir para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em uma área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Dessa forma, desenvolve-se o potencial intelectual dos alunos, estabelecendo condições que possibilitem uma participação ativa na solução criativa de problemas que a sociedade propõe. O bacharel em Direito estará preparado para entender e construir soluções diante da realidade dos conflitos sociais e seus desdobramentos.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

- a) **Nome do curso:** Bacharelado Direito
- b) **Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas
- c) **Modalidade:** Presencial, com a possibilidade de 20% da matriz curricular ser integralizada de forma remota através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- d) **Grau Acadêmico:** Bacharelado
- e) **Endereço de funcionamento do curso:** Rua Boa Vista, esquina com a Rua Edelberto Henrique Oderdenge, s/n, Quadra 756, Lote 01, Setor 11, Bairro Jardim Santarém, município de Novo Progresso-PA.
- f) **Número de vagas por ano:** 40 vagas
- g) **Turno de funcionamento do curso:** Noturno
- h) **Regime letivo:** Semestral
- i) **Carga horária total do curso (em horas):** 3.960,00 horas
- j) **Tempo mínimo para integralização:** 5 anos (10 semestres)
- k) **Tempo máximo para integralização:** 9 anos (18 semestres)
- l) **Coordenador do Curso:** Elisabete Aparecida dos Santos, Graduação em Direito e Especialização em Direito Processual e Direito Ambiental e Minerário, Advogada e Professora da FCCSA desde o ano de 2017 até a presente data.

2.4 FORMA DE ACESSO AO CURSO

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSA) possui as seguintes formas de acesso aos cursos:

- **Vestibular** – é feita através do Processo Seletivo realizado semestralmente e/ou anualmente em conformidade com o número de vagas disponíveis, de acordo com a Portaria de autorização do curso. Assim como, em todas as outras formas de acesso, o candidato deve ter concluído o Ensino Médio. As provas serão compostas por um caderno contendo 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, sendo 15 (quinze) de Língua Portuguesa, 15 (quinze) de Matemática e 10 (dez) de Atualidades e uma folha de redação, para desenvolvimento do tema solicitado. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota maior ou igual a 60 (sessenta).
- **Enem** – O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que avalia o desempenho dos estudantes durante os 03 (três) últimos anos do Ensino Médio, se tornou uma das formas utilizadas nos processos seletivos para ingresso no Ensino Superior. A Faculdade Católica Cavanis acompanha essa tendência oferecendo a possibilidade para quem optar por essa forma de acesso. A inscrição do candidato é realizada mediante a apresentação dos resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (Prova Objetiva e Redação), ao qual irá concorrer com as notas dos candidatos obtidas pelo Processo Seletivo (Vestibular).
- **Transferência Externa** – Para ingressar com requerimento de transferência externa, os candidatos deverão apresentar documentação fornecida pela instituição de ensino superior da qual pretende transferir-se. Somente são aceitas solicitações de transferência para o mesmo curso ou áreas afins. Não são aceitas solicitações de transferência de alunos em situação de abandono na instituição de origem ou de alunos desligados da instituição de origem.
- **Transferência Interna** – Para entrar com requerimento de transferência interna, o aluno que deseja migrar de curso deve solicitar a transferência via secretaria para análise juntamente a coordenação do curso desejado. Após análise do coordenador de curso/colegiado, o aluno poderá ter sua solicitação deferida.
- **Portadores de diploma de ensino superior** – Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderão ser recebidos alunos portadores de diploma de graduação, mediante processo seletivo, conforme edital previamente divulgado.

2.5 CONTEXTO EDUCACIONAL DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso fundamenta-se na construção de uma estrutura curricular que forme um profissional com um perfil atualizado no direito contemporâneo e que tenha uma estreita relação com o mercado de trabalho na área jurídica. Atuar com profissionalismo exige não só o domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais o bacharel deverá agir, mas, também, compreensão de todas as questões envolvidas em seu trabalho, de modo a poder identificá-las e resolvê-las com autonomia e responsabilidade.

Por isso, a formação teórica não é suficiente, tornando extremamente necessário saber utilizar o conhecimento aprendido em situações concretas do dia-a-dia profissional, aliando a tecnologia jurídica e inovações dos temas jurídicos.

A promoção de estágios e o uso dos núcleos de prática jurídica acompanharão a formação teórica. Espera-se que ao longo de sua formação, o egresso adquira competências que englobem autonomia, responsabilidade na tomada de decisões, respeito, conhecimento dos benefícios que o campo do direito pode trazer para a sociedade, considerando a ética no seu desempenho profissional. É importante, que o egresso entenda a necessidade que o Brasil e, em especial, a Região Amazônica, tem de mão de obra qualificada e pesquisa na área jurídica, como mais uma das formas de se conseguir o desenvolvimento sustentável, transformação social e construção da cidadania num mundo contemporâneo.

Os princípios que norteiam a concepção do processo de ensino aprendizagem implementados no curso de Bacharelado em Direito são os seguintes:

- a) **Interdisciplinaridade:** com objetivo de dar suporte a uma formação complementar ao egresso, componentes curriculares interdisciplinares auxilia a compreensão dos problemas abordados na área jurídica, juntamente com as áreas da filosofia, sociologia, ciências políticas, economia, administração e educação ambiental;
- b) **Flexibilidade:** Preliminarmente, o PPC foi elaborado de forma a garantir os conteúdos mínimos exigidos nas diretrizes curriculares do MEC e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A estrutura curricular foi elaborada de forma a eliminar às exigências de pré-requisitos meramente hierárquicos de componentes curriculares. Entretanto, somente haverá exigência de pré-requisitos nos casos em que a lógica da construção do conhecimento é indispensável;

- c) **Articulação Teoria-prática:** O ensino e aprendizagem é construído a partir da articulação da teoria com a prática no processo de organização e construção do conhecimento através dos núcleos de prática jurídica;
- d) **Indissociabilidade do ensino, iniciação a pesquisa e extensão:** A articulação entre o ensino, a iniciação a pesquisa e a extensão no âmbito do Bacharelado em Direito é realizada através dos Projetos de iniciação a Pesquisa e de Extensão do curso desenvolvidos pelo grupo de professores do Programa e seus orientandos. Tais projetos possibilitam que o aluno participe de atividades que fortalecem a relação entre a teoria e a prática.

2.6 METODOLOGIA DO CURSO

As metodologias de ensino propiciam a aprendizagem focadas em situações problemáticas ou no desenvolvimento de projetos que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos, que devem estar organizados em áreas ou disciplinas, conforme a organização curricular.

Todas as disciplinas de Direito possuem instrumentos didáticos – pedagógicos apropriados e adequados que podem ser aplicados na atividade docente. Tais instrumentos denominam-se Plano de Ensino e Plano de Aula, fazem parte do cotidiano do docente e do discente. Para o professor, estes planos são o guia das suas atividades acadêmicas ao longo curso. Para os acadêmicos, o Plano de Ensino dá a visão do conjunto de aprendizagens do período letivo e os Planos de Aula especificarão o passo a passo da construção do conhecimento.

O curso propõe uma concepção de aprendizagem com o intuito de desenvolver o conhecimento jurídico, a partir de uma sólida formação humanística, postura ética e crítica, buscando, com suporte na interdisciplinaridade, o domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente, que possibilitem uma ação ativa frente à heterogeneidade das demandas sociais, e, especialmente, as questões socioambientais recorrentes na região amazônica.

O currículo do curso de Direito e a organização do processo de ensino/aprendizagem visa a contribuir para que:

- a) Os estudantes se responsabilizem por suas atividades de aprendizagem e desenvolvam comportamentos proativos em relação aos estudos e ao desenvolvimento de suas competências, de forma interdisciplinar;

- b) O professor torne-se um gestor do ambiente de aprendizagem e não um repassador de conteúdos conceituais, sempre atento aos temas atuais;
- c) As matérias sejam organizadas de modo a facilitar e estimular os grupos de discussão, visando encorajar a interação entre os estudantes e viabilizar o processo de aprendizagem em grupo;
- d) O material didático seja organizado de forma que os conceitos venham sendo construídos e apresentados de forma lógica, incremental e tecnológica;
- e) Sejam estabelecidos níveis de competência, de modo a desafiar a habilidade dos estudantes e estimular maior entendimento dos conceitos estudados;
- f) As avaliações sejam projetadas de forma a permitir aos estudantes verificarem seu nível de compreensão e suas habilidades teóricas e práticas.

2.7 OBJETIVOS DO CURSO

2.7.1 Objetivo Geral

O Curso de Bacharelado em Direito tem o escopo de formar bacharéis em Direito com conhecimentos técnicos e científicos baseados em princípios éticos e humanistas, bem como conscientes das demandas e dos fenômenos jurídicos e sociais de seu tempo, utilizando o Direito como instrumento de transformação social e de construção da cidadania. Pretende-se preparar e habilitar o egresso para o exercício da advocacia e demais carreiras jurídicas, com ética e responsabilidade social, para que tenha plena capacidade de conviver e trabalhar em grupo; além de lhe conferir aptidão para utilizar ferramentas tecnológicas contemporâneas, para que, com a orientação docente, se torne protagonista do próprio aprendizado.

2.7.2 Objetivos Específicos

- Formar profissionais pautados em valores éticos, cristãos, sociais, legais, políticos e humanísticos que visem o respeito à vida e a diversidade, inspiradores do fazer profissional dos egressos;
- Desenvolver as bases teóricas e práticas, no âmbito jurídico, necessárias para atendimento das especificidades dos estudantes do curso;
- Desenvolver as competências e habilidades estabelecidas para o perfil profissional do egresso, ampliando-as, de acordo com as temáticas emergentes surgidas no percurso formativo;

- Contribuir para o desenvolvimento crítico, criativo, científico, humano e tecnológico da área jurídica;
- Fomentar a integração da Faculdade com a sociedade na solução de problemas na área do direito;
- Incorporar a necessidade de ações que envolvam o Direito Ambiental, Mineral e Agrário que estimulem a preservação do ecossistema local para as futuras gerações e a função social da terra;
- Assegurar práticas metodológicas que incentivem a apropriação de conhecimentos emergentes da área do curso, na formação dos profissionais em direito.
- Formar bacharéis em Direito aptos a atuar na pacificação dos conflitos sócio jurídicos que afligem a comunidade em geral, considerando a pluralidade e a complexidade cultural, social e econômica, privilegiando o ensino a pesquisa e a extensão;
- Oferecer subsídios históricos, sociológico e jurídico para que o bacharel em Direito reflita, aprenda, interprete e aplique esse conhecimento de forma a compreender e buscar soluções adequadas para as questões jurídicas da sociedade contemporânea;
- Priorizar o estudo e a compreensão dos direitos humanos em face das políticas públicas pensadas, em especial, para a região amazônica;
- Formar bacharel em Direito com compreensão de preceitos de legitimidade e da justiça, garantindo a ordem e a harmonia nas relações interpessoais;
- Formar profissionais que saibam usar e interpretar as tecnologias atuais, os novos modelos de linguagem, inclusive a inteligência artificial, estabelecendo limites de uso e adequação às demandas jurídicas.
- Formar profissionais com conhecimentos sobre as causas locais e regionais, especialmente, voltadas para a proposição de soluções dos conflitos que afligem a região.

2.8 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso no Curso de Direito da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) deverá ter um perfil profissional com sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise e síntese, domínio dos conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos

fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura ética, reflexiva e de visão crítica e com capacidade e aptidão para a aprendizagem autônoma, empírica e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania frente à complexidade e às peculiaridades das questões sociais regionais.

Nesse sentido, tem como aporte que o norteia os Pareceres CNE/CES nº 635/2018 e 757/2020, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação na área de Direito que devem assegurar a:

- I. Articulação entre o ensino e a extensão, garantindo um ensino crítico, reflexivo, que leve à construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido;
- II. Inserção do aluno precocemente em atividades práticas, de forma integrada e interdisciplinar, relevantes à sua futura vida profissional;
- III. Utilização de diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas de vida, da organização da prática e do trabalho em equipe multiprofissional;
- IV. Visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;
- V. Garantia dos princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;
- VI. Implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- VII. Definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver junto e o aprender a conhecer, que constituem atributos indispensáveis à formação do bacharel em Direito com uma visão dinâmica e estratégica da sociedade em que está inserido;
- VIII. Realização das dinâmicas de trabalho em grupo, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;
- IX. Valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade, com uma visão ampla de balanço social.
- X. Discussão junto ao NDE para adoção de ações pedagógicas ante o surgimento de novas demandas jurídicas, sociais e tecnológicas que venham a impactar na formação do egresso.

2.9 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS FUNDAMENTAIS A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS NO DECORRER DO CURSO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação na área de Direito, estas apresentam o conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de aprendizagem e de formação jurídica apto a:

- capacitar o graduando a interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, articulando o conhecimento teórico, a resolução de problemas e o estudo de caso;
- demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- atuar em diferentes instâncias, extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas, aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;

- desenvolver a capacidade de utilizar as novas tecnologias da área do conhecimento e apreender conceitos deontológico-profissionais, desenvolvendo perspectivas transversais sobre direitos humanos;
- Apropriar-se de conhecimentos do direito, em nível local e regional, identificando as novas temáticas da área do curso para ampliação das competências profissionais.

2.10 DIMENSÕES DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ainda com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) a atuação do Bacharel em Direito pauta-se nas seguintes dimensões/ formação profissional:

- I. Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- II. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- III. Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- IV. Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- V. Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- VI. Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- VII. Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- VIII. Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- IX. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- X. Aceitar a diversidade e o pluralismo cultura;
- XI. Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

- XII. Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- XIII. Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
- XIV. Apreender conceitos de ontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

O perfil profissional do egresso será atualizado pelo NDE do curso, a partir das avaliações práticas de extensão curricular, quando se articula com necessidades locais e regionais, gerando ações de melhoria e ampliação das competências do egresso. Também serão utilizados os resultados pertinentes de outras avaliações internas e externas e com as ações de interlocução com as instituições que oportunizam estágios para os acadêmicos, e atendimentos do NPJ. As ações de revisão e ampliação das competências, faz-se necessário, devido a região está em pleno desenvolvimento, surgindo assim novas situações de adequação do perfil profissional do egresso em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. Essas ações, fatalmente, acarretarão a necessidade atualização dos objetivos do curso, uma vez que também surgirão novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

3 PRÁTICAS ACADÊMICAS DO PPC: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICO

3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) empenha-se para as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no âmbito do curso. Elas são traduzidas em práticas consolidadas e institucionalizadas.

3.1.1 Políticas de Ensino

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) de acordo com a sua concepção, considera importante a sua responsabilidade na formação de profissionais para o mercado de trabalho local, regional e nacional. Para isso, tem no ensino, na iniciação à pesquisa e na extensão o compromisso com as diretrizes e

preceitos da excelência educacional, nesta perspectiva a Educação Superior Faculdade abrange nos cursos e programas de graduação, de pós-graduação, de extensão e de cursos tecnológicos. O Estágio Supervisionado se realizará em instituições escolares e não-escolares; referentes à educação; jurídicas; sócio institucionais e de comunicação; em empresas, escritórios e órgãos onde são desenvolvidas atividades profissionais inerentes à formação do graduando em licenciatura ou bacharelado. Os Estágios Supervisionados (neste caso, Prática Jurídica) são regidos por regulamentos específicos de cada curso.

3.1.2 Políticas de Iniciação à Pesquisa

Despertar vocação científica e incentivar os estudantes de graduação por meio da participação em projetos de pesquisa com a iniciação científica de cada curso e que se encaminha para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) orientados por professores da instituição; Possibilitar ao aluno da graduação e da pós-graduação a aprendizagem de técnicas e métodos, assim como o desenvolvimento do pensar científico; Propiciar o ingresso dos alunos em cursos de pós-graduação; Proporcionar a produção acadêmico-científica, visando à ampliação de conhecimentos nas áreas de atuação da Instituição de Ensino Superior (IES). Seguindo esses princípios, algumas ações são desenvolvidas pela equipe docente e discente da IES a partir das disciplinas específicas que compõem a matriz curricular dos cursos que buscam promover a formação de um profissional pesquisador.

3.1.3 Políticas de Extensão

Constitui em um processo acadêmico dialético indispensável na formação do estudante, na qualificação dos professores e no intercâmbio com a sociedade. O trabalho da Extensão confronta o saber produzido na instituição acadêmica, estabelecendo meios para sua comunicação e troca com a sociedade de seu entorno, estimulando, assim, a relação bidirecional entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a comunidade. As políticas de extensão são operacionalizadas a partir dos cursos de extensão, de palestras, visitas técnicas e outros.

3.1.4 Políticas de Gestão

O planejamento e a gestão participativa, a avaliação permanente e a sustentabilidade econômica são os princípios básicos da política de administração da

Instituição de Ensino Superior (IES). A Instituição, ao optar por uma gestão participativa, portanto, comunitária, acredita e se baseia na construção de um processo em que todos estejam envolvidos e comprometidos com a missão Institucional, como: docentes, discentes, coordenadores, auxiliares de administração, funcionários e comunidade, tendo por base a autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania.

3.1.5 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Ao executar as políticas de ensino, iniciação à pesquisa e extensão estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA), o curso desenvolve ações que consolida a articulação entre o ensino, iniciação à pesquisa e extensão que:

- fortalecem e promovem a cooperação e a integração entre as turmas, para assegurar a interdisciplinaridade e a implantação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito;
- apoiem professores e alunos do curso de Bacharelado em Direito a promover, participar e trabalhar em eventos socioculturais/científicos relacionados à área;
- incentivem a elaboração de projetos e a promoção de eventos socioculturais/científicos, que permitam uma maior integração dos alunos do curso de Direito e os alunos de outros cursos da instituição;
- divulguem o curso de Direito e a produção científica para a comunidade, para dar mais visibilidade ao curso;
- promovam a integração entre ensino e pesquisa através das disciplinas de Metodologia da Pesquisa, que preparam os alunos de Direito para a redação de trabalhos acadêmicos, realizados ao longo do curso, bem como a escrita de trabalhos de cunho científico;
- Permitam a atuação entre teoria e prática através do Estágio Curricular Supervisionado (neste caso, Prática Jurídica);
- Ações que buscam promover a formação de um profissional pesquisador são desenvolvidas pela equipe docente e discente da Faculdade, a partir das disciplinas específicas que compõem a matriz curricular dos cursos;
- Ações que operacionalizam as políticas de extensão através de minicursos, palestras e visitas técnicas.

3.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está coerente com as Resoluções CNES/CES nº 05/2018 e nº 02/2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Direito e seguem em anexo ao final do PPC.

3.2.1 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito Formação Geral

Resolução CNES/CES nº 02/2021 (artigo 5º, inciso I), fundamentada no Parecer CNES/CES nº 757/2020.

Tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

Este eixo de perspectiva formativa tem por objetivo introduzir o acadêmico no campo do saber jurídico, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do conhecimento, fazendo, também, relação com o estudo dos problemas amazônicos.

As disciplinas que compõem este eixo são apresentadas em caráter geral e introdutório de outras áreas e estão distribuídas ao longo de todo o percurso curricular, mas, concentradas especialmente no primeiro e segundo semestres do curso. Aqui são esperadas as habilidades de domínio do conhecimento sobre o que é a ciência jurídica, complementado pelo conteúdo de outros ramos do conhecimento, o domínio do conteúdo dessas disciplinas afins com as humanidades, deixará o acadêmico habilitado na formação humanística, necessária e fundamental para o entendimento da construção e realização da dogmática jurídica.

3.2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito Formação Técnico-Jurídica

Resolução CNES/CES nº 02/2021 (artigo 5º, inciso II), fundamentada no Parecer CNES/CES nº 757/2020.

Abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza,

estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos; (NR – Normas Regulamentadoras).

Neste eixo de perspectiva formativa, o acadêmico deve dominar o conteúdo que abrange além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação do Direito, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do mesmo, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil, suas relações internacionais e sua contextualização com a realidade local.

As disciplinas que compõem esse eixo estão distribuídas a partir do terceiro semestre até o décimo. Aqui o acadêmico dominará o conhecimento dos vários ramos do Direito, numa sequência lógica de aprendizado em cursos que o habilitarão ao exercício da construção teórica e da realização da ciência jurídica.

3.2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito Formação Prático-profissional

Resolução CNES/CES nº 02/2021 (artigo 5º, inciso III), fundamentada no Parecer CNES/CES nº 757/2020.

Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o Trabalho de Curso (TC), além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação. (NR – Normas Regulamentadoras).

Este eixo de perspectiva formativa tem por objetivo colocar o acadêmico no campo da prática do saber jurídico. As habilidades e competências esperadas a partir do domínio do conteúdo das disciplinas deste eixo é a aplicação do Direito em suas diversas áreas, dotando o acadêmico da real integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, abrigando, também, as atividades

relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado (neste caso, Prática Jurídica), Trabalho de Conclusão do Curso e Atividades Complementares, modalidade na qual destacamos as atividades de pesquisa e extensão como formas de interação entre a Faculdade e a Sociedade, bem como de aplicação do conhecimento teórico adquirido pelo acadêmico em benefício da sociedade.

O eixo está distribuído ao longo do percurso curricular, dando ao acadêmico condições de dominar o conhecimento do exercício do Direito, numa sequência lógica de aprendizado em conteúdo curricular (disciplinas) e aplicação na prática jurídica.

3.2.4 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito Formação Específica

Resolução CNES/CES nº 02/2021 (artigo 5º, § 3º), fundamentada no Parecer CNES/CES nº 757/2020.

Tendo em vista a diversificação curricular, as Instituições de Ensino Superior (IES) poderão introduzir no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) conteúdos e componentes curriculares visando desenvolver conhecimentos de importância regional, nacional e internacional, bem como definir ênfases em determinado(s) campo(s) do Direito e articular novas competências e saberes necessários aos novos desafios que se apresentem ao mundo do Direito, tais como: Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Esportivo, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Agrário, Direito Cibernético e Direito Portuário.

Este eixo de perspectiva formativa apresenta disciplinas específicas ofertadas, especialmente, do oitavo semestre ao décimo e tem como principal viés a formação específica do aluno para entender os processos jurídicos a partir da realidade que vive. Neste eixo, os conteúdos têm por objetivo especializar o futuro profissional para o conhecimento dos direitos humanos e para sua concretização em sua prática profissional.

Dessa forma, o acadêmico deve não só conhecer a teoria dos direitos humanos, mas conseguir identificar violações de direitos humanos no dia-a-dia, bem como saber operacionalizar os meios políticos, administrativos e judiciais, no âmbito nacional ou internacional, para a proteção desses direitos ou para a sua reparação no caso de violação.

Necessário, também, trabalhar as formas transversalidade dos conteúdos exigidos nas diretrizes curriculares de Direito, neste aspecto o tema Educação das

Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/08 e Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004) está inserido nas disciplinas Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, Antropologia Jurídica, Sociologia Geral e Jurídica, Direito Socioambiental e Práticas Jurídicas Supervisionadas V – práticas especiais em direito coletivo, Direito Indígena, Direito e Igualdade Racial, Direitos Difusos e Coletivos e Direito e Movimentos Sociais. Já a Educação em Direitos Humanos para a terceira idade e políticas de gênero (Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012 e Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012) estarão presentes na disciplina de Direitos Humanos, Gênero, sexualidade e direito e Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso. No que se refere ao tema da Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/1999, Decreto nº 4.281, de 25/06/2002 e Resolução CNE nº 02 de 15/06/2012) será abordado nas disciplinas de Direito Socioambiental, Direito Agrário e Práticas Jurídicas Supervisionadas V – práticas especiais em direito coletivo.

Ressalta-se que a avaliação e a revisão das políticas têm como responsáveis a CPA – Comissão Própria de Avaliação, o NDE – Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso, seguindo a metodologia definida no novo PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional (2025-2029).

4 ESTRUTURA CURRICULAR

Trata-se de um conjunto de matérias que comportam os vários eixos de perspectiva formativa e que compreendem a formação jurídica por meio do estudo e do conhecimento da ciência jurídica. Os conteúdos que compõem estes diversos eixos estarão distribuídos ao longo do curso, agrupados em bloco, por semestres.

A estrutura curricular, concebida posteriormente à definição do perfil do egresso e os objetivos do curso, apresenta-se de forma que contemple aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade de carga horária total (em horas), atividades complementares e prática jurídica.

A flexibilização curricular está fundamentada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por mecanismos presentes no currículo do curso que se consolida por meio de disciplinas obrigatórias, optativas/eletivas e atividades complementares à formação acadêmica. Desta forma, as disciplinas optativas e eletivas, além das atividades complementares e a prática jurídica objetivam:

- proporcionar a construção do percurso acadêmico, enriquecendo e ampliando o currículo;
- oportunizar a vivência teórico-prática de disciplinas específicas em cursos que pertencem à mesma área ou área afim;
- possibilitar a ampliação de conhecimentos teórico-práticos que aprimorem a qualificação acadêmico-profissional;
- oportunizar a vivência de situações de aprendizagem que extrapolam as exposições verbais em sala de aula;
- permitir o desenvolvimento de habilidades para tomada de decisão diante de situações desafiadoras e as que também envolvam o mundo digital (virtual).

Assim posto, tais componentes flexibilizam o currículo, propiciando a organização de trajetórias individuais de formação, tendo em vista a busca da sua autonomia acadêmica no decorrer da formação profissional.

A interdisciplinaridade e a transversalidade são operacionalizadas por meio da complementaridade de conceitos e intervenções entre as unidades programáticas de um mesmo campo do saber e entre diferentes campos, dialeticamente provocada através de conteúdos e práticas que possibilitam a diminuição da fragmentação do conhecimento e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado à realidade profissional e social, aplicando as normas e leis vigentes no país.

Além disso, vê-se necessário a adoção de metodologias inovadoras que consistam em resolução de problemas baseados em situações reais, comuns ou inusitadas, aonde o aluno passa a ser o agente responsável pelo seu aprendizado e os professores são facilitadores em grupos de trabalho, instigando discussões, indicando recursos didáticos, estimulando a busca pelo conhecimento, num ambiente que é proposto para ser desenvolvido na disciplina de Extensão Universitária.

Outra metodologia inovadora e necessária no atual mundo digital, é saber usar e interpretar as tecnologias atuais, os novos modelos de linguagem, inclusive a inteligência artificial, estabelecendo limites de uso de adequação às demandas jurídicas no mundo moderno, a ser implementada através da construção e execução de um projeto que permita a integração e a interação efetiva entre professor e aluno.

E, no que se refere às disciplinas do Curso de Bacharelado em Direito, estas são organizadas em módulos/blocos, com disciplinas obrigatórias e optativas (da integralização curricular do curso), distribuídas em 10 semestres, com carga horária total de 3.960 horas, divididas em:

a) 480 horas em disciplinas do Eixo de Formação Geral, que consiste em 09 disciplinas;

b) 1.950 horas em disciplinas do Eixo de Formação Técnico-jurídico, que consiste em 32 disciplinas;

c) 570 horas em disciplinas do Eixo de Formação Prática-profissional, que consiste em 12 disciplinas;

d) 360 horas em disciplinas optativas, que consiste em 06 disciplinas;

e) 180 horas em atividades complementares, mediante a participação em cursos de extensão, palestras, debates, seminários, congressos, simpósios, entre outros, promovidos por instituição de educação superior, órgãos estatais ou entidades da sociedade civil;

f) 420 horas em atividades de extensão universitária, em atendimento ao disposto na Resolução CNES/CES nº 07/2018 (constará nos anexos) que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira com o cumprimento de atividades a serem desenvolvidas em projetos e programas de extensão coordenados por professores do curso de Direito; projetos e programas estes que serão vinculados e contabilizados por meio de disciplinas cursadas e das constantes do rol das optativas, a ser integralizado entre o segundo e o oitavo semestre, deve corresponder a no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária do curso de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

TABELA 01 – DISCIPLINAS DO EIXO DE FORMAÇÃO GERAL

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	SEMESTRE
01	História do Direito	60	04	1º
02	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	04	1º
03	Sociologia Geral e Jurídica	60	04	1º
04	Antropologia Jurídica	60	04	3º
05	Filosofia Geral e do Direito	60	04	4º
06	Economia Política	30	02	1º
07	Metodologia do Trabalho Científico	30	02	1º
08	Metodologia da Pesquisa em Direito	60	04	2º
09	Ética Geral e Profissional	60	04	8º
TOTAL		480	32	----

TABELA 02 – DISCIPLINAS DO EIXO DE FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICO

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	SEMESTRE
10	Teoria do Direito	60	04	1º
11	Direitos Humanos	60	04	2º
12	Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais	60	04	2º
13	Criminologia	60	04	2º
14	Teoria da Constituição	60	04	2º
15	Direito Constitucional I	60	04	3º
16	Direito Constitucional II	60	04	4º
17	Direito Administrativo I	60	04	5º
18	Direito Administrativo II	60	04	6º
19	Direito Tributário	60	04	9º
20	Direito Civil I – Parte Geral	60	04	3º
21	Direito Civil II – Obrigações	60	04	4º
22	Direito Civil III – Contratos	60	04	5º
23	Direito Civil IV – Posse e Propriedade	60	04	6º
24	Direito Civil V – Relações Familiares e Direitos Sucessórios	60	04	7º
25	Direito Empresarial	60	04	6º
26	Direito Penal I – Teoria da Norma e do Crime	60	04	3º
27	Direito Penal II – Teoria da Pena	60	04	4º
28	Direito Penal III – Crimes em Espécie	60	04	5º
29	Direito do Consumidor	60	04	7º
30	Direito do Trabalho	60	04	7º
31	Direito Previdenciário	60	04	10º
32	Direito Socioambiental	60	04	9º
33	Direito Internacional	60	04	10º
34	Direito Agrário	60	04	10º
35	Acesso à Justiça e Meios Alternativos de Resolução de Conflitos	30	02	5º
36	Teoria Geral do Processo	60	04	3º
37	Direito Processual Civil I – Fase postulatória e de saneamento	60	04	4º
38	Direito Processual Civil II – Fase Instrutória e Decisória	60	04	5º
39	Direito Processual Civil III – Recursos e Execução	60	04	6º
40	Direito Processual Penal I – Ação Penal, Procedimentos e Recursos	60	04	7º
41	Direito Processual Penal II – Tribunal do Júri e Execução Penal	60	04	8º
42	Direito Processual do Trabalho	60	04	8º
TOTAL		1950	130	----

TABELA 03 – DISCIPLINAS DO EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	SEMESTRE
43	Laboratório de Práticas Jurídicas I – Meios Alternativos	30	02	5º
44	Laboratório de Práticas Jurídicas II – Direito Constitucional/ Administrativo	30	02	6º
45	Laboratório de Práticas Jurídicas III – Direito Civil	30	02	7º
46	Laboratório de Práticas Jurídicas IV – Direito Penal	30	02	8º
47	Laboratório de Práticas Jurídicas V – Direito do Trabalho	30	02	9º
48	Práticas Jurídicas Supervisionadas I – Prática não forense, visitas técnicas e análises de autos findos	60	04	6º
49	Práticas Jurídicas Supervisionadas II – Prática Jurídica Civil	60	04	7º
50	Práticas Jurídicas Supervisionadas III – Prática Jurídica Penal	60	04	8º
51	Práticas Jurídicas Supervisionadas IV – Prática Jurídica Trabalhista	60	04	9º
52	Práticas Jurídicas Supervisionadas V – Práticas especiais em Direito Coletivo	60	04	10º
53	Elaboração de Projeto de Pesquisa Monográfica	60	04	8º
54	Redação de Monografia Jurídica – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	04	9º
TOTAL		570	38	----

TABELA 04 – DISCIPLINAS OPTATIVAS – COM CÂRATER FORMATIVO

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	SEMESTRE
55	Optativa I (relação das disciplinas na tabela 05)	60	04	2º
56	Optativa II (relação das disciplinas na tabela 05)	60	04	3º
57	Optativa III (relação das disciplinas na tabela 05)	60	04	4º
58	Optativa IV (relação das disciplinas na tabela 05)	60	04	5º
59	Optativa V (relação das disciplinas na tabela 05)	60	04	6º
60	Optativa VI (relação das disciplinas na tabela 05)	60	04	7º
TOTAL		360	24	----

TABELA 05 – ROL DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
01	Direito à Cidade	60	04
02	Direito Eleitoral	60	04
03	Direito da Criança do Adolescente e do Idoso	60	04
04	Direito Processual Constitucional	60	04
05	Direito Indígena	60	04
06	Psicologia Jurídica	60	04

07	Biodireito	60	04
08	Hermenêutica Jurídica	60	04
09	Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005	60	04
10	Direito Financeiro	60	04
11	Direito Econômico	60	04
12	Direito Cibernético	60	04
13	Direitos Difusos e Coletivos	60	04
14	Gênero, Sexualidade e Direito	60	04
15	Direitos e Movimentos Sociais	60	04
16	Direito e Igualdade Racial	60	04
17	Medicina Legal	60	04
18	Introdução à Assessoria Jurídica Popular	60	04
19	Leitura e Produção de Texto	60	04
20	Direito e Propriedade Intelectual	60	04
21	Direito Minerário	60	04

TABELA 06 – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	SEMESTRE
01	Extensão Universitária I	60	04	2º
02	Extensão Universitária II	60	04	3º
03	Extensão Universitária III	60	04	4º
04	Extensão Universitária IV	60	04	5º
05	Extensão Universitária V	60	04	6º
06	Extensão Universitária VI	60	04	7º
07	Extensão Universitária VII	60	04	8º
TOTAL		420	28	----

TABELA 07 – CARGA HORÁRIA DE PRÁTICAS JURÍDICAS E DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES – APROXIMANDAMENTE 19% DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

PRÁTICAS JURÍDICAS		
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Laboratórios de Práticas Jurídicas (I, II, III, IV, V)	150	10
Práticas Jurídicas Supervisionadas (I, II, III, IV, V)	300	20
Elaboração de Projeto de Pesquisa Monográfica e Redação de Monografia Jurídica – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120	08
Subtotal	570	38
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
Subtotal	180	12
TOTAL	750	50

4.1 MATRIZ CURRICULAR

A Matriz Curricular abaixo apresenta todos os componentes curriculares ofertados pelo Curso de Bacharel em Direito.

1º SEMESTRE		
Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula
História do Direito	60	72
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	72
Teoria do Direito	60	72
Economia Política	30	36
Metodologia do Trabalho Científico	30	36
Sociologia Geral e Jurídica	60	72
SUBTOTAL	300	360

2º SEMESTRE		
Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula
Direitos Humanos	60	72
Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais	60	72
Criminologia	60	72
Teoria da Constituição	60	72
Metodologia da Pesquisa em Direito	60	72
Extensão Universitária I	60	72
Optativa I	60	72
SUBTOTAL	420	504

3º SEMESTRE		
Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula

Direito Civil I – Parte Geral	60	72
Direito Penal I – Teoria da Norma e do Crime	60	72
Direito Constitucional I	60	72
Teoria Geral do Processo	60	72
Antropologia Jurídica	60	72
Extensão Universitária II	60	72
Optativa II	60	72
SUBTOTAL	420	504

4º SEMESTRE		
Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula
Direito Civil II – Obrigações	60	60
Direito Penal II – Teoria da Pena	60	60
Direito Constitucional II	60	72
Direito Processual Civil I – Fase Postulatória e de Saneamento	60	72
Filosofia Geral e do Direito	60	72
Extensão Universitária III	60	72
Optativa III	60	72
SUBTOTAL	420	504

5º SEMESTRE		
Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula
Direito Civil III – Contratos	60	72
Direito Penal III – Crimes em Espécie	60	72
Direito Processual Civil II – Fase Instrutória e Decisória	60	72

Direito Administrativo I	60	72
Acesso à Justiça e Meios Alternativos de Resolução de Conflitos	30	36
Laboratório de Práticas Jurídicas I – Meios Alternativos	30	36
Extensão Universitária IV	60	72
Optativa IV	60	72
SUBTOTAL	420	504

6º SEMESTRE		
Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula
Direito Civil IV – Posse e Propriedade	60	72
Direito Processual Civil III – Recursos e Execução	60	72
Direito Administrativo II	60	72
Direito Empresarial	60	72
Laboratório de Práticas Jurídicas II – Direito Constitucional/ Administrativo	30	36
Práticas Jurídicas Supervisionadas I – Prática não forense, visitas técnicas e análises de autos findos	60	72
Extensão Universitária V	60	72
Optativa V	60	72
SUBTOTAL	450	540

7º SEMESTRE		
Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula
Direito Civil V – Relações familiares e direitos sucessórios	60	72
Direito Processual Penal I – Ação Penal, Procedimentos e Recursos	60	72

Direito do Trabalho	60	72
Direito do Consumidor	60	72
Laboratórios de Práticas Jurídicas III – Direito Civil	30	36
Práticas Jurídicas Supervisionadas II – Prática Jurídica Civil	60	72
Extensão Universitária VI	60	72
Optativa VI	60	72
SUBTOTAL	450	540

8º SEMESTRE		
Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula
Direito Processual Penal II – Tribunal do Júri e Execução Penal	60	72
Direito Processual do Trabalho	60	72
Ética Geral e Profissional	60	72
Laboratório de Práticas Jurídicas IV – Direito Penal	30	36
Práticas Jurídicas Supervisionadas III – Prática Jurídica Penal	60	72
Extensão Universitária VII	60	72
Elaboração de Projeto de Pesquisa Monográfica	60	72
SUBTOTAL	390	468

9º SEMESTRE

Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula
Direito Tributário	60	72
Direito Socioambiental	60	72
Laboratório de Práticas Jurídicas V – Direito do Trabalho	30	72
Práticas Jurídicas Supervisionadas IV – Prática Jurídica Trabalhista	60	72
Redação de Monografia Jurídica – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	72
SUBTOTAL	270	360

10º SEMESTRE		
Disciplinas	Carga Horária	Hora Aula
Direito Internacional	60	72
Direito Previdenciário	60	72
Direito Agrário	60	72
Práticas Jurídicas Supervisionadas V – Práticas especiais em Direito Coletivo	60	72
SUBTOTAL	240	288
Atividades Complementares	180	216
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3960	4572

4.1.1 Ementário

1º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
HISTÓRIA DO DIREITO	60

O direito nas primeiras civilizações: povos sem escrita e o oriente antigo. O direito grego antigo e o direito romano clássico. Direito medieval: feudalismo e bases da ordem jurídica medieval. Direito Canônico. A formação do pensamento jurídico moderno e modernidade jurídica. A América Latina na ordem jurídica europeia: colonialismo. As declarações de Direito na nova configuração de Estado da modernidade e do capitalismo. O direito na contemporaneidade: os grandes sistemas do direito contemporâneo: Romano-germânico; *common law* e outros sistemas. História do Direito no Brasil: Brasil Colônia e direito português. Brasil Reino e independente. Brasil República: primeira república, ditaduras e processos de democratização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CICCO, Claudio de. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626300.
- PALMA, Rodrigo Freitas. História do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620773.
- MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. Manual de história do direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620315.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PALMA, Rodrigo. Freitas. História do direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
- NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual de introdução ao estudo do direito. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
- PALMA, R. F. História do direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- BITTAR, Carlos Alberto. Introdução ao Estudo do Direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MACIEL, J. F. R.; AGUIAR, R. COLEÇÃO DIREITO VIVO - HISTÓRIA DO DIREITO. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO	60
Gênese e extinção dos Estados. Estado nação, análise do Estado no capitalismo moderno e sua relação com classe, gênero, raça. Liberalismo e neoliberalismo, socialismo, nacionalismo e totalitarismo. Formas de Governo. Formas de Estado e Federação. Regimes de Governo e Democracia. Conflitos contemporâneos e o Estado no século XXI: fascismo, nazismo, neofascismos, Estados de Exceção, ditaduras, imperialismo, neocolonialismos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• VESTING, Thomas. Teoria do Estado: a transformação do Estado na modernidade. (Série IDP. Linha direito comparado). São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786555599244. • MALUF, Sahid. Teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553626171. • TESHEINER, José Maria Rosa. THAMAY, Rennan Faria Krüger. Teoria geral do Estado. 06. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• MALUF, S. Teoria geral do estado. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • BUCCI, M. P. D.; GASPARD, M. Teoria do Estado - Sentidos Contemporâneos. São Paulo: Saraiva, 2018 • CUNHA, P. F. D. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2018. • ZIPPELIUS, R. Linha Direito Comparado - Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2016. • MALUF, S. TEORIA GERAL DO ESTADO. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
TEORIA DO DIREITO	60
Conceito de Direito. O direito enquanto fenômeno social. Direito, Estado e Sociedade. Direito e Justiça. Direito e moral. Direito e ciência. Direito objetivo e direito subjetivo. Direito Público e privado. Direito material e processual. Direito e ideologia. Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídica. Lacunas e conflitos normativos. Fontes do Direito.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• SOARES, Ricardo Maurício Freire. Teoria geral do direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623464. • PALAIA, Nélson. Noções Essenciais de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • SOARES, R. M. F. Teoria geral do direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• JR., P. H. S.; JR., P. H. S. Teoria do direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual de introdução ao estudo do direito. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • SOARES, Ricardo Maurício Freire. Elementos de Teoria Geral do Direito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. • SOARES, R. M. F. ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO DIREITO. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. • VESTING, T. Linha Direito Comparado - Teoria do Direito: Uma Introdução. São Paulo: Saraiva, 2015.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
ECONOMIA POLÍTICA	30
Conhecimento teórico da estrutura e da dinâmica econômica da sociedade burguesa pela crítica à Economia Política clássica. Análise das leis de movimento do capital e as relações de produção e reprodução social na sociedade capitalista. Composição orgânica do Capital. Dimensões da crise estrutural do sistema do capital.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva Uni, 2023. Ebook. ISBN 9788571441415. • BUCCI, M. P. D. Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • FRATESCHI, Y.; RAMOS, F. C.; MELO, R. Manual de Filosofia Política. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• MARTINS, Flávio. Direitos Sociais em Tempos de Crise Econômica. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • MATHEUS, C. E. M.; RODRIGUES, C. T.; GARCIA, D. A.; , E. H. A. L.; BARBOSA, J. F.; LEITE, J. A. F.; PISSARRA, M. C. P.; SILVEIRA, P. H. F.; CAMPANER, S.; MUÑOZ, Y. G. G. FILOSOFIA POLÍTICA. São Paulo: Saraiva, 2019. • LACERDA, A. C. D.; LACERDA, A. C. D. Economia brasileira. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. • PAIVA, D. L. D.; MARIANO, J.; SILVA, J. U. D.; CUNHA, L. C. V. D.; PASSANEZI, P. M. S.; MARQUEZINI, S. V. F. ECONOMIA INTERNACIONAL. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. • TANSEY, S. D.; JACKSON, N. A. Política. São Paulo: Saraiva, 2016.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	30
Noções gerais sobre a Teoria do Conhecimento. Conhecimento científico, senso comum e outros saberes. O método científico e seus processos. Áreas de conhecimento e interdisciplinaridade. Universidade, sociedade e produção do conhecimento: ensino, pesquisa e extensão. O projeto de pesquisa e seus elementos constitutivos. Normalização de trabalhos acadêmicos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• BITTAR, Eduardo. Metodologia da pesquisa jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622320. • QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina. Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627994. • VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555598797. • BITTAR, Eduardo C. B.. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622470. • MONEBHURRUN, N. Manual de Metodologia Jurídica:. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. • AQUINO, Ítalo de Souza. Como escrever artigos científicos: sem arrodeio e sem medo da ABNT. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • SORDI, José Osvaldo de. Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	60
Natureza, objeto e método da sociologia. Perspectiva marxista do direito: classe, capital e trabalho. Perspectiva durkheiminiana do direito: o direito como fato social. Perspectiva weberiana no direito: burocracia, capitalismo e poder. A crise do Estado capitalista e a reprodução da juridicidade. Legitimidade, legalidade e validade da ordem jurídica. A sociologia do Direito no Brasil. Novos sujeitos de direitos: sociedade civil, direito e movimentos sociais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Manual de sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599503. • SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622098. • NETO, P. S. Sociologia geral e jurídica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• SCURO NETO, Pedro. Sociologia Geral e Jurídica: a era do Direito Cativo. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Manual de Sociologia Jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2019.	

- SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. Manual de sociologia jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
- GALINDO, R. W.; PLUMMER, K. SOCIOLOGIA - Coleção Homem, Cultura e Sociedade. São Paulo: Saraiva, 2015.

2º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITOS HUMANOS	60
Conceito, história e evolução dos Direitos Humanos. Direitos Humanos como processo. Teorias críticas dos Direitos Humanos. História dos direitos Humanos no Brasil. Cidadania, democracia, lutas e classes sociais, igualdade jurídica e políticas públicas. Perspectivas e concepções dos Direitos Humanos: liberal, multicultural, intercultural, pós-colonial. Direitos humanos e Estado Democrático de Direito. Direito Internacional dos Direitos Humanos: sistema global e regional de proteção de direitos humanos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• CASTILHO, Ricardo dos Santos. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599589. • GUERRA, Sidney. Curso de direitos humanos. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553628496. • RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623365. • BITTAR, Eduardo C. B.. Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620179. • PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • CASTILHO, R. Direitos humanos. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	60
Construção histórica do Direito a partir dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. O Direito dos povos originários. Multiculturalismo e interculturalidade. Os saberes locais dos povos originários. Pluralismo jurídico e direitos dos povos originários.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• CASTILHO, Ricardo dos Santos. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599589. • GUERRA, Sidney. Curso de direitos humanos. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553628496. • RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623365.	

- BITTAR, Eduardo C. B.. Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620179.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
CRIMINOLOGIA	60
História da Criminologia. A criminologia e direito penal. Teoria do crime. Concepções da criminalidade e criminalização. Sociologia da violência: formas e controle da violência. Critérios políticos penais do Estado democrático do Direito. Política do controle social. Abolicionismo e Garantismo Penal. A produção social da delinquência, violências estruturais e as formas de administração da justiça penal. A situação da segurança pública, do sistema judicial e da criminalidade na sociedade brasileira à luz das teorias críticas criminológicas. Criminologia radical.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• GONZAGA, Christiano. Manual de criminologia. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620340. • FILHO, Nestor Sampaio Penteado; GIMENES, Eron Veríssimo. Manual de criminologia. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626829. • MAIA, E. D. F.; GOMES, M. V. M. L. Execução penal e criminologia. São Paulo: Saraiva, 2021	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• FILHO, Nestor S. P. Manual Esquemático de Criminologia. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia feminista: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786555598858. • BITTAR, Eduardo C. B.. Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620179. • Gonzaga, Christiano. Manual de Criminologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	60
Conceitos de Constituição. Classificação dos tipos de Constituição. Paradigmas constitucionais e história do Constitucionalismo. Teoria do Poder Constituinte. Natureza e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica Constitucional.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553627233. • PINHO, R. C. R. Teoria geral da constituição e direitos fundamentais. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • MENDES, G. F.; SARLET, I. W.; LTDA, I. C. E. P.; LTDA, I. C. E. P.; CANOTILHO, J. J. G.; LEONCY, L. F.; STRECK, L. L. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MENDES, Gilmar Ferreira. Comentários à constituição do Brasil. (Série IDP). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553625044.
- VESTING, Thomas. Teoria do Estado: a transformação do Estado na modernidade. (Série IDP. Linha direito comparado). São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786555599244.
- MALUF, Sahid. Teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553626171.
- MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- JR., P. H. S.; JR., P. H. S. Teoria do direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO	60
Que tipo de saber? Modelos de ciência e identidades culturais na construção do objeto do conhecimento no Direito. Questões jurídicas e métodos de enfrentamento. O problema jurídico. O ordenamento jurídico. Metodologia da pesquisa científica e do ensino na (re)construção do saber jurídico: teorias críticas e epistemologias plurais. Caracterização e contribuições da pesquisa empírica e da pesquisa-ação (ou participante) para o campo do Direito. Normativíssimo e psicologismo jurídico. A tópica aplicada ao direito. Argumentação e decisão jurídicas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• BITTAR, Eduardo. Metodologia da pesquisa jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622320. • QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina. Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627994. • MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa do direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627307.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827 • BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da Pesquisa Jurídica. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da Monografia Jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coords). Metodologia da Pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • MEZZAROBBA, Orides; SERVILHA, Cláudia. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA I	60
Realização de Atividades Extensão Universitária no âmbito dos Projetos e Programas de Extensão em desenvolvimento e devidamente cadastrados pelos professores do curso de Direito.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• BITTAR, Eduardo. Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623471.	

- SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555598797.
- CASTILHO, Ricardo dos Santos. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599589.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627000.
- VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622098
- CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e Antropologia. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2020
- PALAIA, Nélson. Noções Essenciais de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020

3º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL	60
Conceito de direito. Fontes de direito. Constitucionalização do Direito Privado. Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. Da vigência da lei. Da integração da norma jurídica. Das pessoas. Estado da personalidade natural. Do nome. Das pessoas jurídicas. Do domicílio civil. Dos bens. Das coisas fungíveis e infungíveis. Do bem de família voluntário e legal. Dos fatos jurídicos. Dos atos jurídicos. Dos defeitos dos atos jurídicos. Do dolo, da coação, da simulação, da fraude. Das modalidades dos atos jurídicos. Das nulidades. Dos atos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova do negócio jurídico.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil: parte geral. (coleção sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623606. • LÔBO, Paulo. Direito civil: parte geral. v.1. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553628311. • LOBO, Paulo. Direito civil: parte geral. v.1. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623167.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• GONÇALVES, Carlos Roberto; LENZA, Pedro. Direito Civil: Parte Geral, Obrigações, Contratos (Parte Geral). v.1. (Coleção Esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553628168. • GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral. Vol. 1. 23. ed. São Paulo, Saraiva, 2021. • DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil. Vol. 1. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Parte Geral. Vol. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil: parte geral. Vol. 1. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PENAL I – TEORIA DA NORMA E DO CRIME	60

Direito Penal: Conceito. Formação Histórica. Fontes do Direito Penal. Interpretação da lei penal. Compreensão do Direito Penal a partir dos princípios constitucionais. Os princípios do direito penal frente ao encarceramento em massa no Brasil. Teorias sobre as funções da pena, descriminalização, despenalização e as novas teorias do controle social do crime. Teoria do fato punível: tipicidade e antijuridicidade. Aplicação da Lei Penal no tempo e no espaço. Imputabilidade Penal. Concurso de Pessoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios.; LENZA, Pedro (coord.). Direito penal: parte geral. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628049.
- JR., Aury Lopes. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620609.
- GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal: parte geral. (Sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623538.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal: parte geral. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621781.
- BONFIM, Edilson Mougnot. Direito penal da sociedade. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623774.
- ESTEFAM, André. Direito Penal Contemporâneo. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 978655597486.
- ESTEFAM, André. Direito penal: parte geral (arts. 1 ao 120). v.1. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620708.
- Manual de direito penal - parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO CONSTITUCIONAL I	60
Modelos de Controle de Constitucionalidade. Direitos Fundamentais: conceitos, categorias e evolução histórica. Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos fundamentais em espécie. Direitos Fundamentais na Constituição de 1988. Jurisdição constitucional dos Direitos Fundamentais. Supremo Tribunal Federal e os Direitos Fundamentais na atualidade: reflexões críticas. Habeas Corpus e Mandado de Segurança.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553627233. • MARTINS, Flávio. Curso de direito constitucional. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553626908. • TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553624416.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• FILHO, João Trindade Cavalcante; MENDES, Gilmar. Manual didático de direito constitucional. (Série IDP). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553624436. • BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624788. • TAVARES, A. R. Curso de Direito Constitucional. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023 • MARTINS, F. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023	

- MITIDIERO, Daniel Francisco; MARINONI, Luiz Guilherme Bittencourt; SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
TEORIA GERAL DO PROCESSO	60
Desenvolvimento do direito processual: propedêutica processual; Tendências; Fontes do direito; Interpretação e integração da norma processual; contumácia e preclusão. Jurisdição. Lei processual: fontes, eficácia, interpretação e evolução histórica. Competência. Ação, evolução, natureza jurídica, teorias, condições e classificação. Processo e a sua relação jurídica. As partes e os procuradores no processo. Serviços auxiliares da Justiça. Das partes. Substituição processual. Da intervenção de terceiros. Da denunciação da lide. Do chamamento ao processo. Nomeação à autoria. Da oposição. Assistência.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622665. • SÁ, Renato Montans de. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620104. • BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620081.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• VICTALINO, A. C.; BARROSO, D.; JR., M. A. A. Processo Civil. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 • TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan. Teoria Geral do Processo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1 23. ed. Salvador: Juspodivm, 2021. • MATOS, C. E. F. D. Processo Civil:. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 • BARROSO, D.; LETTIERE, J. F. Prática no processo civil. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
ANTROPOLOGIA JURÍDICA	60
A antropologia e o direito e seus objetos de estudo. Aproximações e distanciamentos entre os campos da antropologia e do direito. Noção de cultura, considerando os elementos de identidade cultural, relações étnico-raciais e cultura jurídica. Análise de processos, resoluções, disputas e situações de conflito em diferentes sociedades e/ou contextos culturais. Etnicidades e questões raciais, acomodações e conflitos. Monismo e Pluralismo jurídico. Dilemas contemporâneos da sociedade brasileira pela demanda pluriétnica e multicultural e que trazem importantes desafios ao universo jurídico.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627000. • CARNIO, H. G. Direito e Antropologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622098.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

- BITTAR, Eduardo C. B.. Linguagem jurídica: semiótica, discurso e direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620346.
- SOARES, R. M. F. Sociologia e antropologia do direito. São Paulo: Saraiva, 2019.
- SOARES, R. M. F. Hermenêutica e interpretação jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
- PALMA, R. F.; PALMA, R. F. Antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2018.
- CICCO, Claudio de. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626300.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA II	60
Realização de Atividades Extensão Universitária no âmbito dos Projetos e Programas de Extensão em desenvolvimento e devidamente cadastrados pelos professores do curso de Direito.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627000. • CARNIO, H. G. Direito e Antropologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622098.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• BITTAR, Eduardo C. B.. Linguagem jurídica: semiótica, discurso e direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620346. • SOARES, R. M. F. Sociologia e antropologia do direito. São Paulo: Saraiva, 2019. • SOARES, R. M. F. Hermenêutica e interpretação jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 • PALMA, R. F.; PALMA, R. F. Antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2018. • CICCO, Claudio de. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626300.	

4º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES	60
Teoria Geral das Obrigações. Obrigações: noção, fontes, espécies, estrutura, classificação e função. Distinção entre obrigação, dever em geral, ônus e estado de sujeição. Modalidades das obrigações. Cumprimento e não cumprimento das obrigações. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Efeitos das obrigações. Execução das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e outros modos indiretos de extinção obrigacional. Cessão de crédito. Garantia Geral das Obrigações: meios de conservação da garantia patrimonial; astreintes; fiança; privilégios; penhor e hipoteca. Liquidação das obrigações. Concurso de credores. Responsabilidade civil: funções, modalidades, teoria subjetiva, teoria objetiva. Responsabilidade civil em espécie: por fato próprio e por fato de outrem, pelo fato da coisa, Responsabilidade civil do Estado, Direito à Imagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• GONÇALVES, C. R.. Direito civil brasileiro. 19 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.	

- GAGLIANO, Pablo Stolze.; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mário Veiga. Manual de direito civil: volume único. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553625321.
- DINIZ, M. H.. Manual de direito civil . 5 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil: direito das obrigações. (coleção sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629028.
- LÔBO, Paulo. Direito civil: obrigações. v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553628298.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. Vol. 2. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Curso de Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil. Vol. 2. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil. Vol. Único. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PENAL II – TEORIA DA PENA	60
Das penas: espécies, classificação, sistemas penitenciários. Discussões entre direitos fundamentais e política criminal brasileira. Seletividade do sistema penal e controle social. Critérios de aplicação das penas. Povos Indígenas e o Direito Penal. Os princípios do direito penal frente ao encarceramento em massa no Brasil. Alternativas à privação de liberdade. Processos de execução da pena. Institutos benéficos da execução. Efeitos da condenação. Aplicação das medidas de segurança. Extinção de punibilidade.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Geral: arts. 1º a 120. v.1. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626096 • GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal: parte geral. (Sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623538. • ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios.; LENZA, Pedro (coord.). Direito penal: parte geral. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.&nbsp;ISBN 9788553628049.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal: parte geral. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621781. • GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal - Parte Geral. Vol. 1. 23. ed. Niterói: Impetus, 2021. • JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. Manual de Direito Penal. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Penal Esquematizado: 54 parte geral. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • MARCÃO, Renato Flavio. Curso de Execução Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO CONSTITUCIONAL II	60

Princípios constitucionais do Estado brasileiro. Da Estrutura e organização do Estado brasileiro. Da organização político-administrativa da Federação. Da organização dos Poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- LENZA, Pedro. Direito constitucional. 29. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628100.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553627233.
- MARTINS, Flávio. Curso de direito constitucional. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553626908.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553626885.
- Ramos. Curso de direito constitucional. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553624416.
- PINHO, Rodrigo César Rebello. Direito constitucional: da organização do Estado, dos poderes e histórico das constituições. (Sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623651.
- PINHO, Rodrigo César Rebello. Direito constitucional: teoria geral da constituição e direitos fundamentais. (Sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623682.
- LENZA, P. Direito Constitucional Esquematizado. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I – FASE POSTULATÓRIA E SANEAMENTO	60
Desenvolvimento do direito processual: propedêutica processual; Tendências; Fontes do direito; Interpretação e integração da norma processual; contumácia e preclusão. Jurisdição. Lei processual: fontes, eficácia, interpretação e evolução histórica. Competência. Ação, evolução, natureza jurídica, teorias, condições e classificação. Processo e a sua relação jurídica. As partes e os procuradores no processo. Serviços auxiliares da Justiça. Das partes. Substituição processual. Da intervenção de terceiros. Da denunciação da lide. Do chamamento ao processo. Nomeação à autoria. Da oposição. Assistência.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; Pedro Lanza (coord.). Direito processual civil. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628018. • SÁ, Renato Montans de. Manual de direito processual civil. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553625208. • BUENO, C. S.. Curso sistematizado de direito processual civil. 15 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620081. • SÁ, Renato Montans de. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620104. • GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622665.	

- DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1 23. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.
- MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	60
Caracterização da Filosofia. História do pensamento filosófico. Crítica do conhecimento. Conhecimento da verdade. A dialética. Teoria dos objetos. Ser e dever ser. Objetos naturais, psíquicos e ideais. Os valores e suas características. Cultura para a filosofia. O direito e a sua fundamentação. Situação do Direito no mundo da cultura. O Direito como objeto da Filosofia. A realidade jurídica. Nova ideia do conceito de direito subjetivo. A pessoa na relação jurídica. Epistemologia jurídica. Questionamento acerca da cientificidade do Direito. Gnoseologia jurídica. A teoria do conhecimento aplicada ao direito. O conhecimento jurídico. Axiologia jurídica. Os valores no direito. A “ética material dos valores” de Max Scheler em oposição a Kant. A teoria da justiça: John Rawls. Ontologia jurídica. O problema do conceito e da essência do direito. Ontologia versus retórica, na filosofia e no direito. Metafísica, gnoseologia e ontologia: um embate necessário.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• JÚNIOR, M. R. Filosofia do Direito. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. • CASTILHO, R.. Filosofia geral e jurídica . 9 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. • ADEODATO, J. M. Filosofia do direito - uma crítica a verdade. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• CASTILHO, Ricardo. Filosofia geral e jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624580. • FRATESCHI, Yara.; RAMOS, Flamarion C.; MELO, Rúion. Manual de Filosofia Política. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 • FERRARI, Sônia Campaner Miguel (Org). Filosofia Política. São Paulo: Saraiva, 2019. • MATHEUS, C. E. M.; RODRIGUES, C. T.; GARCIA, D. A.; , E. H. A. L.; BARBOSA, J. F.; LEITE, J. A. F.; PISSARRA, M. C. P.; SILVEIRA, P. H. F.; CAMPANER, S.; MUÑOZ, Y. G. G. FILOSOFIA POLÍTICA. São Paulo: Saraiva, 2019. • NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual de Filosofia do Direito. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA III	60
Realização de Atividades Extensão Universitária no âmbito dos Projetos e Programas de Extensão em desenvolvimento e devidamente cadastrados pelos professores do curso de Direito.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• PIOVESAN, F.. Temas de direitos humanos . 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. • PALAIA, Nélon. Noções Essenciais de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • BITTAR, Eduardo. Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623471.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

- PIOVESAN, F.. Direitos humanos e o direito constitucional internacional . 23 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e Antropologia. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622098.
- SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e Interpretação Jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627000.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO CIVIL III – CONTRATOS	60
Teoria Geral dos contratos: conceito, caracterização, princípios, origem e evolução atual. Formação contratual. Espécies contratuais tradicionais e as modernas figuras de contratos civis. Dos contratos em espécie: obrigações por declaração unilateral da vontade - títulos ao portador e promessa de recompensa; obrigações por atos ilícitos; arras, estipulações em favor de terceiros, vícios redibitórios, evicção; enriquecimento sem causa; contrato preliminar e contrato de adesão; contratos atípicos e contratos inominados; contrato fiduciário, mediação e contratos coligados. Tendências atuais do direito contratual.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. Vol. 3. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Contratos e Atos Unilaterais. 18. ed. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2021. • GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Obrigações. Vol. 4. 4. ed. São Paulo, Saraiva, 2021.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• AZEVEDO, Álvaro Villaça. Curso de Direito Civil - Teoria Geral dos Contratos. Vol. 3. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil 1 Esquematizado: parte geral, obrigações e contratos (parte geral). 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil. Vol. Único. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil: obrigações, inclui responsabilidade civil. Vol. 3. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • LÔBO, P. Direito civil 3 - contratos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PENAL III – CRIMES EM ESPÉCIE	60
Crimes em espécie e sua conformidade constitucional. Crimes contra a vida. Crimes contra a integridade física. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade sexual. Crimes contra a administração pública. Aspectos dogmáticos e criminológicos. Discussão crítica. Relação entre dogmática penal, prática e jurisprudência. Análise de legitimidade jurídico-constitucional das condutas incriminadas e respectivas penas. Exame de proporcionalidade.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

• Capez, Fernando. Curso de direito penal – volume 2 – parte especial: arts. 121 a 212 / Fernando Capez. – 25. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2025. • Capez, Fernando. Curso de direito penal - volume 3 - parte especial: Arts. 213 a 359-T / Fernando Capez. - 23. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2025. • Gonçalves, Victor Eduardo Rios. Curso de Direito Penal – V. 2 / Victor Eduardo Rios Gonçalves. – 9. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2025.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
• Gonçalves, Victor Eduardo Rios. Curso de Direito Penal – V. 3 / Victor Eduardo Rios Gonçalves. – 6. ed. – São Paulo : Saraiva Jur, 2025. • Gonçalves, Victor Eduardo Rios. Curso de direito penal - vol. 3 / Victor Eduardo Rios Gonçalves. - 7. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2023. • ESTEFAM, André. Direito Penal: parte especial arts. 121 a 234-B. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. V. 2. • BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial (Arts. 155 a 212) crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Vol. 3. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal - Parte Especial (Crimes contra a pessoa - arts. 121 a 154-B) Vol. 2, 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II – FASE INSTRUTÓRIA E DECISÓRIA	60
Instrução da causa. Prova: conceito, discriminação, ônus e valoração. Objeto, destinatário e meios de prova. Admissibilidade dos meios de prova. Classificação das provas. Ônus da prova. Momentos da prova. Falta ou insuficiência da prova. Das provas em espécie: depoimento pessoal da parte e confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Despesas processuais. Honorários de advogado. Sentença. Coisa julgada. Conceito da coisa julgada. Fundamento político e jurídico da coisa julgada. Natureza jurídica da coisa julgada. A coisa julgada no CPC brasileiro. Trânsito em julgado. A coisa julgada nas sentenças determinativas. Limites objetivos da coisa julgada. Limites subjetivos da coisa julgada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; Pedro Lanza (coord.). Direito processual civil. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628018. • BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil / Cassio Scarpinella Bueno. – 11. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2025. • SÁ, Renato Montans de. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620104.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622665. • DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 2 16. ed. Salvador: Juspodivm, 2021. • SÁ, Renato Montans. Manual de Direito Processual Civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • GONÇALVES. Marcus Vinicius Rios. Curso de Direito Processual Civil: Processo de Conhecimento (2ª parte) e Procedimentos Especiais. Vol. 2. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	

- BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de Direito Processual Civil: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos. 10 ed. Vol. 2 São Paulo: Saraiva, 2021

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO ADMINISTRATIVO I	60
O Estado moderno e o Direito Administrativo: noções introdutórias. Direito Administrativo: conceitos, evolução, atualidades e tendências doutrinárias. Regime Jurídico- Administrativo: conceito e importância. Princípios da Administração Pública. Poderes- deveres da Administração Pública. Administração Pública: natureza, fins e atividades. Administração Direta e Indireta. Serviços Públicos: evolução histórica, regras constitucionais, caracterização e princípios aplicáveis. Intervenção do Estado no domínio econômico. Ato Administrativo: conceito, atributos, elementos, classificações e espécies. Extinção e modalidades. Controle da discricionariedade pelo Poder Judiciário. Processo Administrativo: conceito, requisitos, princípios, classificação, espécies e fases. Licitação: conceito, fundamentos, objeto, princípios. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Procedimentos. Anulação e revogação. Recursos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• MACIEL, Igor Moura. Manual de direito administrativo. 2. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628483. • SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622719. • MAZZA, Alexandre. Curso de Direito Administrativo / Alexandre Mazza. – 15. ed. – São Paulo : Saraiva Jur, 2025.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • SPITZCOVSKY, Celso. Direito Administrativo Esquematizado. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • ROSSI, Lúcia. Manual de direito administrativo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. • BORDALO, Rodrigo. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Saraiva, 2021. • SPITZCOVSKY, Celso. A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Saraiva, 2021.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
ACESSO À JUSTIÇA E MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	30
Acesso à justiça: introdução e reflexões críticas. Introdução aos métodos alternativos de resolução de conflitos: a utilização de instrumentos jurídicos e extrajurídicos, públicos e privados para efetivação dos direitos de personalidade e para o direito de acesso à justiça. Do assistencialismo à garantia de direitos. Justiça e cidadania. Meios alternativos de solução de conflitos como direito e garantia fundamental. Interpretação e reflexões críticas a partir de casos práticos. Conflito e comunicação. Justiça Restaurativa: teoria e prática.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de Mediação e Arbitragem. Rio de Janeiro: SRV, 2024. Ebook. ISBN 9788553628469. • PRADO, Douglas Alexander. Como advogar na mediação. São Paulo: Expressa, 2023. Ebook. ISBN 9786553623811.	

• GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620568.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
• DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Processo Coletivo. Vol. 4. 16. ed. Juspodivm, 2021. • MIKLOS, Jorge. Mediação de conflitos / Jorge Miklos, Sophia Miklos. - 1. ed. – São Paulo: Érica, 2021. • NETO, Pedro Scuro. Direito do Conflito. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. • PINHO, Humberto Dalla Bernadina. Manual de direito processual civil contemporâneo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 • VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. 6. ed. São Paulo: Método, 2018.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS I – MEIOS ALTERNATIVOS	30
Conceitos e princípios da negociação e da mediação. Aspectos sociais, políticos e econômicos da negociação e da mediação. Relações interpessoais e inter-organizacionais. Negociação como atividade cotidiana. Táticas e estratégias de negociação. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Mediação, conciliação e transação. Papel e ética do mediador.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de Mediação e Arbitragem. Rio de Janeiro: SRV, 2024. Ebook. ISBN 9788553628469. • PRADO, Douglas Alexander. Como advogar na mediação. São Paulo: Expressa, 2023. Ebook. ISBN 9786553623811. • GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553620568.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• AGUIRRE, João. SÁ, Renato Montans de. Prática Civil. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • MIKLOS, Jorge. Mediação de conflitos / Jorge Miklos, Sophia Miklos. - 1. ed. – São Paulo: Érica, 2021. • NETO, Pedro Scuro. Direito do Conflito. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. • VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. 6. ed. São Paulo: Método, 2018. • PINHO, Humberto Dalla Bernadina. Manual de direito processual civil contemporâneo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA IV	60
Realização de Atividades Extensão Universitária no âmbito dos Projetos e Programas de Extensão em desenvolvimento e devidamente cadastrados pelos professores do curso de Direito.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• BITTAR, Eduardo. Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623471.	

- SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555598797.
- CASTILHO, Ricardo dos Santos. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599589.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627000.
- VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622098
- PALAIA, Nélson. Noções Essenciais de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020
- CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e antropologia. São Paulo: Saraiva, 2020.

6º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO CIVIL IV – POSSE E PROPRIEDADE	60
Posse: origem, conceito, natureza jurídica, teorias e evolução histórica, modalidades. Modos de aquisição e perda da posse. Classificação da posse. Proteção possessória. Usucapião. Efeitos. Propriedade: noções, natureza jurídica, fundamento, evolução histórica. Função social, restrições legais e limitações voluntárias. Aquisição e perda da propriedade imóvel. Registro de Imóveis. Aquisição e perda da propriedade. Restrições ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança. Do condomínio. Incorporações. Propriedade resolúvel. Propriedade móvel. Garantias. Direitos reais em coisa alheia. Teorias críticas da propriedade rural.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• GONÇALVES, C. R.. Direito civil brasileiro. 19 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. • DINIZ, M. H.. Manual de direito civil . 5 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. • GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil: direito das coisas. (coleção sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623507.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• LOBO, Paulo. Direito civil: coisas. v.4. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623105. • DINIZ, Maria Helena. Manual de direito civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786555598612. • LÔBO, Paulo. Direito civil: direito das coisas. v.4. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553628274. • GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil. Vol. Único. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil: Coisas. Vol. 4. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III – RECURSOS E EXECUÇÃO	60
Teoria Geral dos Recursos. Juízo e pressupostos de Admissibilidade. Recurso adesivo. Os recursos no CPC. Apelação. Agravo. Embargos infringentes. Embargos de declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Embargos de divergência. Procedimentos nos Tribunais. Da uniformização da jurisprudência. IDR. Declaração de inconstitucionalidade. Declaração de constitucionalidade. Ação rescisória. Da declaração de	

inconstitucionalidade; da homologação de sentença estrangeira e da ação rescisória. Cumprimento de Sentença. Execução: espécies. Embargos à execução. Suspensão e extinção da execução. Procedimentos especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Processo civil: processo de execução e cautelar. (Sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629332.
- DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. Vol. 3. 18 ed. Salvador: Juspodivm, 2021.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de Direito Processual Civil: Execução, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões. Vol. 3. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- SÁ, Renato Montans. Manual de Direito Processual Civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. Tutela Jurisprudencial Executiva. Vol. 3 .10. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de Direito Processual Civil: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos. 10 ed. Vol. 2 São Paulo: Saraiva, 2021
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Execução. Vol. 5. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO ADMINISTRATIVO II	60
Contrato Administrativo: conceito, distinções, características, modalidades, formalização, execução e controles. Extinção. Convênios e Consórcios. Bens Públicos. Domínio Público. Tipologia. Afetação e desafetação. Regime Jurídico. Uso de bens públicos por particulares. Poder de Polícia: evolução histórica, conceito, caracterização, fundamentos e finalidades. Regime Jurídico. Agentes Públicos. Cargos, empregos e funções. Regimes jurídicos aplicáveis. Servidores Públicos. Regime Disciplinar e Responsabilidades. Responsabilidade Civil do Estado: evolução histórica e regras constitucionais. Responsabilidade objetiva. Controle da Administração Pública. Controle interno. Controle parlamentar. Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Ações constitucionais de controle.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• MACIEL, Igor Moura. Manual de direito administrativo. 2. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628483. • SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622719. • MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627055.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • SPITZCOVSKY, Celso. Direito Administrativo Esquematizado. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • BORDALO, Rodrigo. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Saraiva, 2021.	

- SPITZCOVSKY, Celso. A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Saraiva, 2021.
- ROSSI, Licínia. Manual de direito administrativo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO EMPRESARIAL	60
Da empresa: conceito, registro, atividade, prepostos, escrituração. Sociedades empresariais e não-empresariais: definição, tipos, transformação, incorporação, fusão, cisão e dissolução. Propriedade industrial. Companhias abertas e fechadas. A sociedade anônima: constituição, espécies, classes e o mercado de capitais. Outros títulos das SAs. Atuação dos acionistas. Deliberações sociais. Administração. Conselho fiscal. Grupos societários convencionais. Sociedades em comanditas por ações. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Microempreendedor Individual. Contratos empresariais: teoria geral. Compra e venda empresarial. Contratos de cooperação empresarial e contratos bancários (próprios e impróprios). Alienação fiduciária. Contratos de seguro. Títulos de crédito: conceito, classificação, tipos, requisitos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• CHAGAS, Edilson Enedino das. Direito empresarial / Edilson Enedino das Chagas ; coordenado por Pedro Lenza. – 12. ed. – São Paulo : Saraiva Jur, 2025. (Coleção Esquemático®) • TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Empresarial Sistematizado / Tarcisio Teixeira. – 13. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2025. • VIDO, Elisabete. Curso de Direito Empresarial / Elisabete Vido. – 13. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2025.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial – volume 1 – teoria geral e direito societário / Marlon Tomazette. 16. ed. – São Paulo, SP : Saraiva Jur, 2025. • TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial - volume 2 - títulos de crédito / Marlon Tomazette. - 16. ed. – São Paulo, SP : Saraiva Jur, 2025. • TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial - volume 3 - falência e recuperação de empresas / Marlon Tomazette. - 13. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2025. • SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Manual de direito empresarial. 6. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553625260. • TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Empresarial Sistematizado / Tarcisio Teixeira. - 12. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS II – CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	30
Compreensão crítica da prática do processo constitucional e do processo administrativo no Brasil. Elaboração de peças processuais do controle de constitucionalidade, mandado de segurança, habeas corpus, habeas data, ação popular. Elaboração de peças processuais da prática administrativa: elaboração de edital de licitação, parecer jurídico, contrato administrativo, recurso administrativo e ação de improbidade administrativa. Sindicância/Inquérito administrativos. Processo Administrativo Punitivo. Termo de Ajustamento de conduta. Processo Judicial por ato de inconstitucionalidade/Illegal da Administração Pública.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• MAZZA, Alexandre. Curso de Direito Administrativo / Alexandre Mazza. – 15. ed. – São Paulo : Saraiva Jur, 2025.	

• MACIEL, Igor Moura. Manual de direito administrativo. 2. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628483. • ROSSI, Licínia. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620067.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
• BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco. Prática administrativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • BORDALO, Rodrigo. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Saraiva, 2021. • LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 25 ed. São Paulo Saraiva: 2021. • MAZZA, Alexandre; NICHOLAS, Paulo. Direito administrativo na prática. 5. ed. São Paulo: Saraiva: 2020. • MESSA, Ana Flávia; JAQUES, Karina. Prática Constitucional. (Col. Completaço). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
PRÁTICAS JURÍDICAS SUPERVISIONADAS I – PRÁTICA NÃO FORENSE, VISITAS TÉCNICAS E ANÁLISE DE AUTOS FINDOS	60
Exercício da prática jurídica cível através de atividades reais prestadas pelos (as) alunos(as) no atendimento à população econômica e socialmente vulnerável e na solução de problemas jurídicos. Elaboração de peças processuais, em primeiro grau e em grau recursal. Acompanhamento processual. Exame de autos findos no NPJ. Simulação de audiências. Simulação de defesa oral. Participação em audiências de instrução e julgamento cíveis de primeiro grau e em julgamentos do pleno do tribunal de justiça, quando houver possibilidade. Visitas acompanhadas aos órgãos do sistema de justiça.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil / Cassio Scarpinella Bueno. – 11. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2025. • SÁ, Renato Montans de. Prática civil / Renato Montans de Sá, João Aguirre. – 14. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2024. • VICTALINO, Ana Carolina; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan et al. Prática Civil. (Coleção Prática Forense). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626164.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• MIKLOS, Jorge. MIKLOS, Sophia. Mediação de Conflitos. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • NASCIMENTO, J. M. D.; GOMES, M. V. M. L. Prática Cível. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • PINHO, Humberto Dalla Bernadina. Manual de direito processual civil contemporâneo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • PALAIA, Nélson. Noções Essenciais de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA V	60

Realização de Atividades Extensão Universitária no âmbito dos Projetos e Programas de Extensão em desenvolvimento e devidamente cadastrados pelos professores do curso de Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BITTAR, Eduardo. Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623471.
- SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555598797.
- CASTILHO, Ricardo dos Santos. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599589.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627000.
- VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827
- SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622098
- PALAIA, Nélson. Noções Essenciais de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e antropologia. São Paulo: Saraiva, 2020.

7º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO CIVIL V – RELAÇÕES FAMILIARES E DIREITOS SUCESSÓRIOS	60
Relação familiar: noções, origem e evolução. Especificidades das relações familiares, ou de afeto. A família na Constituição de 1988. Casamento: formas, modalidades, regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal e divórcio. União estável, histórico e evolução, visão atual. Parentesco, reconhecimento de filhos, alimentos, adoção. Poder familiar, guarda, tutela e curatela. Ausência. Sucessão em geral: abertura, transmissão, aceitação e renúncia. Herança jacente. Exclusão da sucessão. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Sucessão testamentária ativa e passiva. Herdeiros necessários. Formas de testamento. Disposições testamentárias. Partilha e inventário. Arrolamento.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil, v. 3: &nbsp;responsabilidade civil, direito de família, direito das sucessões. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628155. • LOBO, Paulo. Direito civil: famílias. v.5. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622993. • LOBO, P. Direito civil, v. 6: sucessões.. 10 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• LOBO, Paulo. Direito civil: sucessões. v.6. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622979. • LÔBO, P. Direito civil, v. 5: famílias. 13 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Dis • LÔBO, Paulo. Direito civil: sucessões. v.6. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553628212. • GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil. v.3. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599442. • LÔBO, Paulo. Direito civil: famílias. v.5. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553628250.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PROCESSUAL PENAL I – AÇÃO PENAL, PROCEDIMENTOS E RECURSOS	60
Processo penal: aspectos gerais. Histórico do Direito processual penal. A Constituição e os princípios orientadores do processo penal democrático. Princípios. Processo e procedimento. Lei Processual no Tempo e no Espaço. Investigação Preliminar. Persecução penal. Inquérito policial. Da Ação Processual Penal e sua natureza jurídica. Ação penal pública, privada e privada subsidiária. Condições da Ação penal pública, privada e privada subsidiária. Ação. Ação Civil Ex Delicti. Sujeitos e Partes. Assistência da Acusação. Comunicação dos Atos Processuais. Ausência Processual – Revelia. Jurisdição e Competência. Conexão e Continência. Questões e Processos. Incidentais. Teoria Geral da Prova. Das Provas em Espécie. Prisão em Flagrante e Medidas Cautelares Pessoais. Medidas Assecuratórias	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Direito processual penal. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. • JR., Aury Lopes. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620609 • JR., A. L.. Direito processual penal. 21 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• JR., A. L.. Direito processual penal. 21 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. • REIS, A. C. A.; LENZA, P.; GONÇALVES, V. E. R. Direito processual penal esquematizado®. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 • JR., A. L. Direito processual penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 • LOPES JR., Aury. Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 • MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO DO TRABALHO	60
A caracterização do Direito do Trabalho. O conhecimento das fontes do Direito do Trabalho e dos seus princípios em sua perspectiva individual. Direitos individuais da relação de trabalho. O desenvolvimento da relação empregatícia e do contrato de emprego. Os efeitos, alterações, suspensão e cessação do contrato de emprego. Direito coletivo do trabalho: sindicalismo, conflitos coletivos do trabalho. Convenções e acordos coletivos. Direito de Greve. Os novos paradigmas da regulação jurídica do trabalho em emergência. Tendências reformistas modernizadoras do Direito do Trabalho Contemporâneo. A reconfiguração jurídica das instituições do contrato de trabalho, da liberdade sindical e da negociação coletiva no contexto de crise de regulação estatal. A dimensão constitucional do trabalho e a resistência do constitucionalismo social e do sistema de garantias dos direitos fundamentais do trabalho da Constituição brasileira de 1988. A análise crítica das principais propostas teóricas de intervenção na reconfiguração jurídica do trabalho no Brasil a partir das reformas de “modernização das relações de trabalho” de 2017.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito do Trabalho. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553621842 • GARCIA, Gustavo Filipe B. Curso de Direito do Trabalho - 20ª Edição 2025. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. Capa. ISBN 9788553626823. • LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621156.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

- GARCIA, G. F. B.. Curso de direito do trabalho. 19 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito do trabalho. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624917
- LEITE, C. H. B. Curso de direito do trabalho. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2023
- GARCIA, G. F. B. Curso de direito do trabalho. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023
- MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553625945.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO DO CONSUMIDOR	60
Direito do Consumidor: noções introdutórias e conceitos básicos. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil pelo fato do produto. Responsabilidade civil por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição na relação de consumo. Desconsideração da personalidade jurídica e sua consequência em face do Direito do Consumidor. Código de Defesa do Consumidor e direitos coletivos. Proteção contratual: cláusulas abusivas; contrato de adesão. Sistema nacional de defesa do consumidor. A Defesa do Consumidor em Juízo	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• NUNES, R.. Curso de direito do consumidor. 15 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. • GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629479. • SOARES, Ricardo Maurício Freire. Princípios do direito do consumidor brasileiro: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Expressa, 2023. Ebook. ISBN 9786553624429.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• NUNES, R. Curso de Direito do Consumidor. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 • ALMEIDA, Fabrício Bolzan. Direito do consumidor esquematizado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 • MASSO, F. D. D.; EBERLIN, F. B. V. T.; EBERLIN, F. B. V. T.; ABDO, H. N.; CORDOVIL, L. A. G.; CORDOVIL, L.; PFEIFFER, R. A. C.; COVAS, S.; OLIVEIRA, T. M. D.; AGUIAR, T. C. L. D.; FERNANDES, W. Direito, gestão e prática - Direito do Consumidor: a visão da empresa e da jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2018 • NUNES, R. Manual do Direito do Consumidor para Concursos. São Paulo: Saraiva, 2015 • MENDES, L. S. Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor - Linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS III – DIREITO CIVIL	30
Elaboração de peças práticas de Direito das Sucessões. Direito de Família: reconhecimento e negatória de paternidade. Divórcio e separação. Reconhecimento de união estável. Audiência simulada. Ação monitória. Ações locatícias e ações possessórias. Incidente de demandas repetitivas. Ação cautelar. Recursos: apelação, recurso especial, recurso extraordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento e agravo interno.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• PAVAN, B.; BUNAZAR, M.; ROSIO, R. Civil. São Paulo: Saraiva, 2021 • VICTALINO, A. C.; PAULINO, C.; BARROSO, D.. Prática civil. 4 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553626164	

• BARROSO, D.; LETTIERE, J. F. Prática no processo civil. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
• ROCHA, Marcelo Hugo; THAMAY, Rennan Faria Krüger; GARCIA JR, Vanderlei. Prática Civil. (Col. Completação). 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 • NUNES, R. Curso de Direito do Consumidor. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 • SÁ, R. M. D.. Manual de direito processual civil. 9 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. • SÁ, Renato Montans de. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620104 • GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629479.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
PRÁTICAS JURÍDICAS SUPERVISIONADAS II – PRÁTICA JURÍDICA CIVIL	60
Prática processual civil: Termos de acordo. Rito Ordinário: Petição Inicial, Da resposta do réu (contestação e reconvenção). Intervenção de terceiros. Exceções: de incompetência/de impedimento/de suspeição. Impugnações. Petições intermediárias. Audiências. Alegações finais (memoriais). Parecer do ministério público. Sentença.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. Prática civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629585. • VICTALINO, Ana Carolina; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan et al. Prática Civil. (Coleção Prática Forense). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626164 • BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620081.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; Pedro Lanza (coord.). Direito processual civil. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628018. • GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622665 • PAVAN, B.; BUNAZAR, M.; ROSIO, R. Civil. São Paulo: Saraiva, 2021 • NUNES, R. Curso de Direito do Consumidor. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 • BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana Francisca. Prática no processo civil. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VI	60
Realização de Atividades Extensão Universitária no âmbito dos Projetos e Programas de Extensão em desenvolvimento e devidamente cadastrados pelos professores do curso de Direito.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• BITTAR, Eduardo. Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623471. • SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555598797. • CASTILHO, Ricardo dos Santos. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599589.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627000.
- VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622098
- PALAIA, Nélon. Noções Essenciais de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020
- CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e antropologia. São Paulo: Saraiva, 2020

8 ° SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PROCESSUAL PENAL II – TRIBUNAL DO JÚRI E EXECUÇÃO PENAL	60
Nulidades Processuais: princípios aplicáveis, espécies, arguição, saneamento e efeitos. Recursos: teoria geral, princípios informadores, pressupostos. Apelação. Recurso em sentido estrito. Protesto por novo júri, carta testemunhável. Correição parcial. Embargos infringentes. Embargos infringentes. Embargos declaratórios. Revisão criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança Criminal. Recursos Extraordinário e especial. Recurso Ordinário. Agravo em execução penal.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 32. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. Ebook. ISBN 9788553625826. • BRITO, Alexis de Couto. Execução Penal / Alexis de Couto Brito. – 9. ed. - São Paulo: Saraiva Jur, 2025. • GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Processo penal: parte geral. (Sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623637.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Processo penal: procedimentos, nulidades e recursos. (Sinopses jurídicas). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623743. • BRITO, Alexis Couto de. Execução penal. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624573. • MARCÃO, Renato. Curso de processo penal / Renato Marcão. – 8. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023. • CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60
Reflexão sobre os princípios do Direito Processual do Trabalho. Direito Processual do Trabalho: conceitos, características, fundamentos e origens. Interpretação e aplicação das normas trabalhistas. Conflitos do trabalho. Justiça do Trabalho: organização e competências. O processo trabalhista. O dissídio individual. O dissídio coletivo. Análise do Procedimento Ordinário e sumaríssimo. Estudo dos Recursos. Análise da Liquidação e Execução no processo do trabalho. Recursos. Execução. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho / Sergio Pinto Martins. - 47. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2025.	

- MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620616. - ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito processual do trabalho. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025. E-book.&nbsp;ISBN 9788553621729.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. - LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho - 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. - PEREIRA, Leone. Manual de Processo do Trabalho. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. - REDINZ, Marco Antônio. Contratos trabalhistas na prática: um guia de acordo com a reforma trabalhista. São Paulo: Saraiva, 2019. - MIESSA, Elisson. Manual dos Recursos Trabalhistas: Teoria e Prática. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL	60
Questão ética fundamental: o fenômeno humano e a liberdade. Ética e Direito. Filosofia e Ética. O Fenômeno Moral e a Filosofia Ética. Consciência Ética. Ética da Alteridade. Ética Especial: Aspectos éticos referentes à vida, à procriação, à família, à ordem social, e à propriedade. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Funções específicas, relações interdisciplinares e estratégias de ação do profissional do Direito. O advogado e seu Estatuto. A Ordem dos Advogados do Brasil. O Código de Ética Profissional. O Juiz: deveres profissionais. O Ministério Público. Os auxiliares da Justiça.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Curso de ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599602. - RACHID, A.. Dominando ética . 7 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. - RACHID, Alysson. Dominando ética. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553623613.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. - BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Curso de Ética: geral e profissional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. - ARAÚJO JR., Marco Antônio. Gabaritando ética OAB. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. - SA, Antônio Lopes de. Ética Profissional. 9 ed. São Paulo, 2017. - BITTAR, E. C. B. Curso de ética jurídica. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS IV – DIREITO PENAL	30
Princípios orientadores do Processo Penal Brasileiro. O advogado e sua atuação na Delegacia de Polícia. Frente ao inquérito policial nas ações penais públicas incondicionadas; a representação nas ações penais públicas condicionadas. Requerimentos. Instauração do inquérito pelo advogado nas ações penais privadas. Pedido de fiança. O interrogatório do réu. A Instrução Criminal, Sumário de Culpa e Prova de Defesa. Diligências e alegações finais no procedimento comum. Audiência de Instrução e Julgamento nos procedimentos contravencionais e delitos culposos. As Alegações Finais Oraís. Entorpecentes. Procedimento	

no Tribunal do Júri. Recursos. O Habeas Corpus. O Recurso em Sentido Estrito. A Apelação. A Apelação ante o Tribunal do Júri. O protesto por novo júri. Embargos Infringentes e de Nulidade. A Revisão Criminal. A Queixa-Crime e sua elaboração. Questões referentes à execução da pena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- JR., Aury Lopes. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620609.
- JÚNIOR, Miguel Reale. Código penal comentado. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599510.
- MESSA, Ana Flávia. Prática penal para o exame da OAB. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553624508.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GONÇALVES, Carlos Roberto. Legislação penal especial / Victor Eduardo Rios Gonçalves ; coordenado por Pedro Lenza. – 11. ed. – São Paulo : Saraiva Jur, 2025. – (Coleção Esquematizado®).
- GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Direito processual penal. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621705.
- BARROSO, D.; MARQUES, F.; TASOKO, M.; JUNIOR, M. A. A.; PAIVA, R.; CALDEIRA, S. Prática penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- LOPES JR., Aury. Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- MESSA, Ana Flávia. Prática penal para exame da OAB. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629554.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
PRÁTICAS JURÍDICAS SUPERVISIONADAS III - PRÁTICA	60
Atividades cartorárias: acompanhamento de expedientes, diligências e atendimento. Participação nas audiências. Confecção de pareceres e cotas ministeriais: pesquisa e debate de legislação, doutrina e jurisprudência. Confecção de despachos, decisões, despachos e sentenças. Discussão e correção de peças.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• JR., Aury Lopes. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620609. • JÚNIOR, Miguel Reale. Código penal comentado. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599510. • MESSA, Ana Flávia. Prática penal para o exame da OAB. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553624508.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• GONÇALVES, Carlos Roberto. Legislação penal especial / Victor Eduardo Rios Gonçalves ; coordenado por Pedro Lenza. – 11. ed. – São Paulo : Saraiva Jur, 2025. – (Coleção Esquematizado®). • GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Direito processual penal. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621705. • BARROSO, D.; MARQUES, F.; TASOKO, M.; JUNIOR, M. A. A.; PAIVA, R.; CALDEIRA, S. Prática penal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • LOPES JR., Aury. Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	

- MESSA, Ana Flávia. Prática penal para exame da OAB. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9786553629554.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VII	60
Realização de Atividades Extensão Universitária no âmbito dos Projetos e Programas de Extensão em desenvolvimento e devidamente cadastrados pelos professores do curso de Direito.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• BITTAR, Eduardo. Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623471. • SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555598797. • CASTILHO, Ricardo dos Santos. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599589.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627000. • VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827 • SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. Ebook. ISBN 9786553622098 • PALAIA, Nélon. Noções Essenciais de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • CARNIO, Henrique Garbellini. Direito e antropologia. São Paulo: Saraiva, 2020	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA MONOGRÁFICA	60
Realizar atividades de pesquisa com a finalidade de desenvolver trabalho de conclusão de curso. Delimitação do contexto da pesquisa. Formulação da situação crítica da pesquisa. Construção de hipóteses. Delineamento da pesquisa. Coleta de dados. Análise e interpretação de dados/resultados. Redação do relatório. Apresentação (defesa) de relatório da pesquisa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• BITTAR, Eduardo. Metodologia da pesquisa jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622320. • QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina. Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627994. • NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • MEZZAROBÀ, Orides; SERVILHA, Cláudia. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • TERRA, Ernani. Práticas de leitura e escrita. São Paulo: Saraiva, 2019. • MARTINO, Agnaldo. Português Esquematizado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827	

9º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO TRIBUTÁRIO	60
Análise da atividade financeira do Estado. Estudo da Teoria Geral do Direito Tributário. Análise da competência e capacidade tributárias, fato gerador e domicílio tributário. Estudo sobre os sujeitos da tributação e da relação que se forma entre o contribuinte e o Estado. Obrigações tributárias. Reflexão sobre o Sistema Tributário Nacional. Análise sobre as limitações ao poder de tributar e dos princípios constitucionais tributários. Espécies tributárias. Interdisciplinaridade do Direito Tributário Penal, Direito Penal Tributário e Processo Tributário. O processo tributário administrativo. O processo tributário judicial. Denúncia. Dependência da esfera administrativa em relação à esfera judicial. Petição inicial. Citação. Embargos do devedor. Execução fiscal.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• MAZZA, Alexandre. Curso de direito tributário / Alexandre Mazza. – 11. ed. – São Paulo : Saraiva Jur, 2025. • CAPARROZ, Roberto. Direito tributário. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553627974. • SCHOUERI, Luis E. Direito tributário. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553625666.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553627769. • CARNEIRO, Claudio. Curso de direito tributário e financeiro / Claudio Carneiro. – 11. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2025. • AMARO, Luciano. & Direito Tributário Brasileiro - 26ª Edição 2025. 26. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. & E-book. & p.Capa. ISBN 9788553625635. • NUNES, Cleucio Santos. Curso completo de direito processual tributário. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553621491. • CAPARROZ, Roberto. Direito Tributário. (Coleção Esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627222.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO SOCIOAMBIENTAL	60
Estudo do Direito Ambiental à luz dos Direitos Humanos, das Declarações Internacionais e da Constituição de 1988. Meio ambiente, diversidade e racismo: questões identitárias e territoriais de quilombolas. Indígenas e questões socioambientais: opressões vividas e resistências: direito indígena, pluralismo e autodeterminação sobre territórios e seu modo de viver. Aplicação da Política Nacional de Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Licenciamento ambiental e impacto ambiental: casos práticos e reflexões críticas. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Responsabilidade civil e tutela coletiva ambiental: responsabilidade administrativa e penal.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• RODRIGUES, Marcelo Abelha. Coleção Esquematizado® – direito ambiental / Marcelo Abelha Rodrigues; coordenado por Pedro Lenza. – 12. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2025. • TRENNEPOHL, Terence. Manual de direito ambiental / Terence Trennepohl. – 12. ed. – São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2025. • FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 24 ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

- TRENNEPOHL, Terence. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620265.
- BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial. São Paulo: Saraiva Uni, 2023. Ebook. ISBN 9788571441453.
- FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS V – DIREITO DO TRABALHO	30
A prática jurídica emancipadora. Funções dos advogados, promotores de justiça e magistrados na prática jurídica trabalhista. Requisitos da petição inicial. Elaboração de reclamação trabalhista. Elementos da contestação. Formas de contestação. Preliminar e mérito. Elaboração de contestação. Exceções. Elaboração de exceção de incompetência. Atuação do Ministério Público do Trabalho. Elaboração de parecer. Elementos da sentença: relatório, fundamento e dispositivo. Elaboração de sentença trabalhista. Hipóteses de cabimento de recurso ordinário. Elaboração de recurso ordinário. Hipóteses de cabimento de recurso de revista. Elaboração de recurso de revista. Sentença líquida e ilíquida. Elaboração de liquidação de sentença.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• CONDE, Maria Eugenia; BROLIO, Raphael; ORSI, Renata et al. Prática Trabalhista. (Coleção Prática Forense). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624832. • REDINZ, Marco Antonio. Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas: noções sobre cálculos trabalhistas. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624047. • PEREIRA, L. Trabalhista. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho / Sergio Pinto Martins. - 47. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2025. • MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620616. • ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito processual do trabalho. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025. E-book.&nbsp;ISBN 9788553621729 • LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho - 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • MIESSA, Elisson. Manual dos Recursos Trabalhistas: Teoria e Prática. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2021.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
PRÁTICAS JURÍDICAS SUPERVISIONADAS IV – PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA	60
Confecção de peças processuais: participação em audiências e diligências judiciais e em esferas administrativas, realização de visitas técnicas orientadas, ações de extensão junto à comunidade local, análise de processos findos e em curso, pesquisa de jurisprudências, dentre outras.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	

• CONDE, Maria Eugenia; BROLIO, Raphael; ORSI, Renata et al. Prática Trabalhista. (Coleção Prática Forense). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624832. • REDINZ, Marco Antonio. Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas: noções sobre cálculos trabalhistas. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553624047. • PEREIRA, L. Trabalhista. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
• MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho / Sergio Pinto Martins. - 47. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2025. • MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620616. • ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito processual do trabalho. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025. E-book.&nbsp;ISBN 9788553621729 • LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho - 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • MIESSA, Elisson. Manual dos Recursos Trabalhistas: Teoria e Prática. 5ª ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
REDAÇÃO DE MONOGRAFIA JURÍDICA – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	60
Estudo e acompanhamento das atividades dos (as) alunos (as) para a devida fundamentação teórico-epistemológica da produção do conhecimento, relacionando a pesquisa e o ensino; Desenvolvimento de conteúdos e competências necessários à efetivação de uma pesquisa na área do Direito.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• BITTAR, Eduardo. Metodologia da pesquisa jurídica. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622320. • QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina. Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553627994. • NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • MEZZAROBÀ, Orides; SERVILHA, Cláudia. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • TERRA, Ernani. Práticas de leitura e escrita. São Paulo: Saraiva, 2019. • MARTINO, Agnaldo. Português Esquematizado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • VARGAS, Caroline. Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. Ebook. ISBN 9786553620827	

10º SEMESTRE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO INTERNACIONAL	60
Direito internacional público: noções, objeto, histórico, fontes, sujeitos. O Estado e seus elementos constitutivos. Reconhecimento de Estado e de governo. Marcos internacionais de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Direitos, deveres e responsabilidades dos	

Estados. Sucessão entre Estados. Organizações Não-Governamentais Internacionais. Organização das Nações Unidas. A Organização dos Estados Americanos. Direito internacional e direito interno. Direito dos Tratados. Sistema internacional e interamericano de direitos humanos. Solução pacífica e não pacífica de conflitos. Condição jurídica do estrangeiro. Desarmamento e segurança coletiva. Direito Internacional privado. Considerações acerca da pessoa humana nas relações internacionais. Caracterização das organizações internacionais de justiça e o Direito Penal internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- RAMOS, André de Carvalho. Curso de direito internacional privado / André de Carvalho Ramos. - 4. ed. - São Paulo, SP : Saraiva Jur, 2025.
- REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar / Francisco Rezek. - 20. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2025.
- RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553623228.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público / Sidney Guerra. - 17. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2025.
- ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público / Hildebrando Accioly, Nascimento e Silva/ Casella. - 27. ed. - São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2025.
- REZEK, Francisco. Direito internacional público. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622870.
- RAMOS, André de Carvalho. Direito Internacional dos Refugiados. São Paulo: Expressa, 2021. Ebook. ISBN 9786555597578.
- TEIXEIRA, Carla Noura. Manual de Direito Internacional Público e Privado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	60
Direito Previdenciário: noções, fundamentos e fontes. Evolução histórica do sistema previdenciário no Brasil e no mundo. Sistemas previdenciários existentes no direito brasileiro. Princípios e fundamentos do ordenamento constitucional brasileiro. Leis de Custeio e de Benefícios. Constituição Federal de 1988 e o direito da seguridade social: Da Seguridade Social - Título VII (Da ordem Social). Estudo da legislação infraconstitucional. Crimes previdenciários. Previdência privada. As metas, os fundamentos das reformas em curso nos países da Europa e da América Latina. Previdência rural.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro (coord.). Direito previdenciário. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.&nbsp;ISBN 9788553628032. • ALENCAR, Hermes Arrais. Direito previdenciário para concursos. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620647. • AGOSTINHO, Theodoro. Manual de direito previdenciário. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553620135.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito previdenciário. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786553626492. • AGOSTINHO, T. Manual Previdenciário. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. • DOS SANTOS, Marisa Ferreira. Direito Previdenciário. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • KERTZMAN, Ivan. Curso Prática de Direito Previdenciário. 30. ed. Salvador: JusPodivm, 2021. • MARTINEZ, Luciano. Reforma da previdência. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO AGRÁRIO	60
O regime sesmarial e a “Lei de Terras” de 1850, como referenciais históricos do Direito Agrário no Brasil. A institucionalização do Direito Agrário e o “Estatuto da Terra”. Os princípios do Direito Agrário. As atividades agrárias como objeto do Direito Agrário. O imóvel rural e sua classificação. A função social do imóvel rural: dimensão econômica, ambiental e trabalhista. O instituto brasileiro de terras devolutas e seus procedimentos discriminatórios. A legitimação e a regularização de posse. A usucapião agrária. A reforma agrária. A desapropriação agrária. Colonização. Política Agrícola. O crédito rural. Cooperativismo e associativismo rural. Os contratos agrários. Cadastro e Tributação do imóvel rural. Proteção às terras indígenas, territórios quilombolas e territórios de comunidades tradicionais. Proteção do conhecimento nas atividades agrárias. Noções de direito agroalimentar.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• POLETTI, Claudinei Antonio. A Nova Lei do Agro – Comentários à Lei 13.986/2020. Mato Grosso do Sul: Contemplar, 2021. • TRECANI, Girolamo Domenico [et al.]. Manual de Direito Agrário Constitucional. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. • OPITZ, O.; OPITZ, S. C. B. CURSO COMPLETO DE DIREITO AGRÁRIO. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• FERRETTO, V. CONTRATOS AGRÁRIOS. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 • BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. • MATTOS NETO, Antonio José. Curso de direito agroambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2018. • RICALDE, Mario do Carmo. Regularização Fundiária: rural e urbana. 2. ed. Mato Grosso do Sul: Contemplar, 2019. • RODRIGUES, Marcelo Abelha. Coleção Esquematizado® – direito ambiental / Marcelo Abelha Rodrigues; coordenado por Pedro Lenza. – 12. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2025.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
PRÁTICAS JURÍDICAS SUPERVISIONADAS V – PRÁTICAS ESPECIAIS EM DIREITO COLETIVO	60
Atendimento jurídico para solução de problemas concretos de natureza coletiva, especialmente aqueles relacionados à tutela de direitos de povos e comunidades tradicionais do sudoeste do Pará.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José Roberto Mello. Manual de processo coletivo. 2. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.&nbsp;ISBN 9788553624041. • PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José Roberto Mello. Manual de Tutela Coletiva. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. Ebook. ISBN 9786555590890. • GONÇALVES, M. V. R. Sinopses Jurídicas 26 - Tutela de Interesses Difusos e Coletivos. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• BRITO, Ciro de Souza. Direitos dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas em contextos de retrocessos. Paraná: CRV, 2019. • WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. • JÚNIOR, Paulo Hamilton Siqueira. Direito processual constitucional. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 9786555599626.	

- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; Pedro Lanza (coord.). Direito processual civil. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628018.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622665.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
PRÁTICAS JURÍDICAS SUPERVISIONADAS V – PRÁTICAS ESPECIAIS EM DIREITO COLETIVO	60
Atendimento jurídico para solução de problemas concretos de natureza coletiva, especialmente aqueles relacionados à tutela de direitos de povos e comunidades tradicionais do sudoeste do Pará.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
• PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José Roberto Mello. Manual de processo coletivo. 2. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book.&nbsp;ISBN 9788553624041. • PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José Roberto Mello. Manual de Tutela Coletiva. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. Ebook. ISBN 978655590890. • GONÇALVES, M. V. R. Sinopses Jurídicas 26 - Tutela de Interesses Difusos e Coletivos. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
• BRITO, Ciro de Souza. Direitos dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas em contextos de retrocessos. Paraná: CRV, 2019. • WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. • JÚNIOR, Paulo Hamilton Siqueira. Direito processual constitucional. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. Ebook. ISBN 978655599626. • GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; Pedro Lanza (coord.). Direito processual civil. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628018. • GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil. (Coleção esquematizado®). São Paulo: Saraiva Jur, 2024. Ebook. ISBN 9788553622665.	

OPTATIVAS

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO À CIDADE	60
Direito à Cidade. Função Social da Propriedade Urbana. Instrumentos de intervenção urbana. Plano Diretor. Instrumentos de Regularização Fundiária. Parcelamento do dolo Urbano. Ênfase no Estatuto da Cidade (elaboração e revisão). Legislação correlata. Instrumentos de participação social na configuração das cidades.	
Bibliografia Básica	
• BELLO, Enzo; KELLER, Rene José. Curso de Direito à Cidade: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. • ANDRADE, Leandro Teodoro. Manoel de Direto Urbanístico. São Paulo: Thomson Reuters, 2019. • FIORILLO, C. A. P.; FERREIRA, R. M. Estatuto da Cidade comentado. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	

Bibliografia Complementar

- ❓ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das coisas. Vol. 5. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- ❓ LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil: Coisas. Vol. 4. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- ❓ MUKAI, T. O Estatuto da Cidade. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- ❓ LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009.
- ❓ LIBÓRIO, Daniela Campos. Direito Urbanístico: fontes do direito urbanístico e direito à cidade. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO ELEITORAL	60
Os regimes políticos e a participação popular. A teoria da representação. Os partidos políticos. Os partidos e a escolha do governante. Os partidos e a representação da opinião pública. Os sistemas eleitorais. O voto e as distorções. A igualdade eleitoral e o acesso ao poder. Direito eleitoral comparado. O direito eleitoral no Brasil. A justiça eleitoral. Os recursos em matéria eleitoral.	
Bibliografia Básica • GOMES, Jairo José. Direito Eleitoral. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2021. • COSTA. Daniel Casto Gomes da. Curso de Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2020. • AGRA, Walber de Moura; VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Elementos de Direito Eleitoral. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	
Bibliografia Complementar	

- CHIMENTI, R. C. Coleção Sinopses Jurídicas - Direito Eleitoral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 17 ed. Niterói: Impetus, 2019.
- VASCONCELOS, Clever. SILVA, Marco Antonio da. Direito Eleitoral. 2. E0d. São Paulo: Saraiva, 2020
- BARROS. Francisco Dirceu. Manual de Prática Eleitoral. 5. ed. São Paulo: JH Mizuno, 2020.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO	60
Histórico da política de atendimento à criança, adolescente e idoso no Brasil; A nova política de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: o advento da Lei n. 8069/1990; Disposições Preliminares da Lei n. 8069/1990 (Parte Geral); Direitos Fundamentais no Estatuto (Parte Geral); Política de atendimento no Estatuto (Parte Especial); Medidas Protetivas (Parte Especial); Prática de ato infracional e Medida socioeducativas (Parte Especial); Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; Conselho tutelar; Acesso à justiça; e Crimes em espécie.	
Bibliografia Básica	
• ZAPATER, M. Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2019. • CUNHA, R. S.; CUNHA, R. S.; ROSSATO, L. A.; ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E.; LÉPORE, P. E. Estatuto da Criança e do Adolescente. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • VILAS BOAS, Marco Antonio. Estatuto do Idoso Comentado. São Paulo: Forense, 2015.	
Bibliografia Complementar	

- MACIEL, K. R. F. L. A. Curso de direito da Criança e do Adolescente. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- MAURO, R. G. D. Estatuto da Criança e do Adolescente Procedimentos Cíveis no Estatuto da Criança e do Adolescente. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- OLIVEIRA, A. I. A. D.; JUNQUEIRA, A. L. C.; MALHEIROS, A. C.; COLTRO, A. C. M.; ROSSINI, A. E. D. S.; FERRAZ, C. V.; GRABOIS, C.; SIQUEIRA, C. D. J. D.; AFFONSO, D. K.; Comentários ao Estatuto de Pessoas com Deficiência. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- BIANCHINI, A.; MARQUES, I. L.; ROSSATO, L. A.; SILVA, L. P. E.; GOMES, L. F.; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S. Comentários ao estatuto de pessoas com deficiência. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- FREITAS JUNIOR, Roberto Mendes de. Direitos e Garantias do Idoso - Doutrina, Jurisprudência e Legislação. São Paulo: Atlas, 2015.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
PROCESSO CONSTITUCIONAL	60
Direito Processual Constitucional. Constituição e Processo. A jurisdição constitucional: conceito, origens, fundamentos de legitimidade e funções. O Supremo Tribunal Federal. Jurisdição constitucional das liberdades: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, ação popular, mandado de injunção e ação civil pública. Outros instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. Ações do Controle de Constitucionalidade concentrado: Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Estudo de casos paradigmáticos.	
Bibliografia Básica	
• DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Direito Processual Constitucional. 11. ed. São Paulo: Foco, 2021. • DIMOULIS, Dimitri. LUNARDI, Soraya. Curso de Processo Constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais. 8. ed. São Paulo, Revistas dos Tribunais, 2021. • MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	
Bibliografia Complementar	

- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- BARROSO, Luis Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO INDÍGENA	60
Mobilização e luta dos povos indígenas por direitos. A proteção dos índios no sistema internacional. A Constituição de 1988 e os povos indígenas. A proteção jurídica dos índios no Brasil: sistema atual e perspectivas futuras. Proteção à cultura, às identidades, territorialidades e ao conhecimento tradicional dos índios. O papel das instituições estatais e não estatais na promoção e defesa dos direitos indígenas. O novo constitucionalismo latino-americano e a temática indígena. Sistemas de justiça desde as cosmologias indígenas.	
Bibliografia Básica	
• CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). BARBOSA, Samuel Rodrigues (Org.). Direitos dos Povos Indígenas em Disputa. São Paulo UNESP, 2018. • CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). CESARINO, Pedro Niemeyer (Org.). Políticas Culturais e Povos Indígenas. São Paulo UNESP, 2016. • PALAIA, Nelson. Noções Essenciais de Direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	
Bibliografia Complementar	

- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito. Curitiba: Juruá, 2005.
- IAMUNDO, Eduardo. Sociologia e Antropologia do Direito. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SILVA, José Afonso da. Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2017.
- BUCCI, Maria Paula Dallari; GASPARD, Murilo (Orgs.). Teoria do Estado - Sentidos Contemporâneos. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
PSICOLOGIA JURÍDICA	60
A concepção do indivíduo enquanto ser biopsicossocial, a multideterminada do comportamento humano e sua interação com o Direito. Especificidade da Psicologia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Psicologia jurídica no Brasil. Aplicação da Psicologia na área jurídica. A perspectiva psicanalítica do Direito. Direito e Controle Social. Poder, Política e Direito. Interligação com outras ciências sociais. Psicologia e criminologia. Psicologia e Processo. Psicologia dos operadores jurídicos.	
Bibliografia Básica	
• PINHEIRO, Carla. Manual de Psicologia Jurídica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • TEIXEIRA, M. D. L. T.; BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. Relações Sociais e a Vida Coletiva. São Paulo: Saraiva, 2021. • BOCK, Ana Mercês.; TEIXEIRA, Maria de Lurdes T.; FURTADO, Odair. Psicologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
Bibliografia Complementar	

- IRONS, C. Depressão. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SPECTOR, Paul E. Psicologia nas Organizações. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BRAZIL, Glicia Barbosa de Mattos. Psicologia Jurídica: a criança, o adolescente e o caminho do cuidado na justiça. São Paulo: Foco, 2021.
- HUTZ, Claudio Simon. BANDEIRA, Denise Ruschel. TRENTINI, Clarissa Marcell. Avaliação Psicológica no Contexto Forense. Porto Alegre, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
BIODIREITO	60
Relação entre Bioética e Biodireito. Princípios bioéticos e biojurídicos. Sujeitos bioéticos. Biotecnologia e biossegurança. Limites éticos e jurídicos nas pesquisas envolvendo recursos ambientais. Patrimônio genético e dados genéticos. Manipulação genética. Estatuto ético e jurídico dos animais. Da proteção da propriedade intelectual de recursos ambientais. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados.	
Bibliografia Básica	
• NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Bioética e Biodireito. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. • BARBOZA, Heloísa Helena (Org.) LEAL, Lívia Teixeira (Org.). ALMEIDA, Vitor (Org.). Biodireito: Tutela Jurídica das dimensões da vida. São Paulo: Foco, 2021. • DINIZ, Maria Helena. O Estado Atual do Biodireito. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.	
Bibliografia Complementar	
• THEOTONIO NEGRÃO. Código Civil e Legislação Civil em Vigor. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • SCHREIBER, Anderson. Manual de Direito Civil (contemporâneo). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Manual de Biodireito. Belo Horizonte: Del Rey, 2015. • DADALTO, Luciana (Org.) Bioética e Covid-19. São Paulo: Foco, 2020. • POTTER, Van Rensselaer. Bioética Global. São Paulo: Loyola, 2018.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
HERMENÊUTICA JURÍDICA	60

Hermenêutica: modelos e fundamentos. Teorias e escolas de hermenêutica jurídica. A hermenêutica jurídica no Brasil. Subsunção e ideologia. Justiça formal, antinomias e equidade. Direito e jurisprudência. Técnicas de interpretação. A aplicação do direito. Vigência da lei no espaço e no tempo. Incompletude do ordenamento jurídico, as lacunas e a integração do direito. Analogia e costume. Princípios gerais do direito.

Bibliografia Básica

- SOARES, Ricardo Maurício Freire. *Hermenêutica e interpretação jurídica*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- IAMUNDO, Eduardo. *Hermenêutica e Hermenêutica Jurídica*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- COELHO, Inocêncio Mártires. *IDP - da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar

- ALVIM, E. A.; LEITE, G. S.; STRECK, L. L. *Hermenêutica e Jurisprudência no Novo Código de Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- RODOLFO PAMPLONA FILHO, Luiz Carlos Assis Junior. *Hermenêutica aplicada*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- PALAIA, Nélon. *Noções Essenciais de Direito*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. *Manual de introdução ao estudo do direito*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- JÚNIOR, Miguel Reale. *Lições Preliminares de Direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	60

Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócios antropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. Praticar Libras: o alfabeto; expressões manuais e não manuais. Expressões socioculturais positivas: cumprimento, agradecimento, desculpas etc.; Expressões socioculturais negativas: desagrado, impossibilidade etc.; Introdução à morfologia de Libras: nomes (substantivos e adjetivos), alguns verbos e alguns pronomes; Aspectos sociolinguísticos: variação em Libras.

Bibliografia Básica

- QUADROS, Ronice Müller de. Libras. São Paulo: Parábola: 2019.
- QUADROS, Ronice Müller de. Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais. Porto Alegre: Penso, 2017.
- GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola: 2015.

Bibliografia Complementar

- FAVA, R. Educação para o século XXI. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CASTILHO, R. Educação e Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2016.
- QUADROS, Ronice Müller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SILVA, Ivani Rodrigues (Org.). KAUCGAKJE, Samira (Org.). GESUELI, Zilda Maria (Org.). Cidadania, Surdez e Linguagem: desafios e realidades. 4. ed. São Paulo: Plexus, 2012.
- BRANDÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras: língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO FINANCEIRO	60
O fenômeno Financeiro. O Direito Financeiro. Patrimônio do Estado. Atividade Financeira do Estado. O Crédito Público. A Moeda. O Sistema Financeiro Nacional. A Ação Governamental. Direito Orçamentário. Leis Orçamentárias. Execução da Lei do Orçamento Anual. Controle da Execução Orçamentária.	
Bibliografia Básica	

• CARNEIRO, Claudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de direito financeiro e tributário. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • FILHO, C. A. D. M. R. Direito Financeiro Esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar

❓ ABRÃO, Nelson. Direito Bancário. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
❓ PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário: completo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
❓ AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
❓ MAZZA, Alexandre. Manual de direito tributário. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
❓ SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO ECONÔMICO	60
Direito Econômico: noções introdutórias e conceitos básicos. Ordem Econômica. Princípios constitucionais. A intervenção estatal no domínio econômico. A defesa da concorrência. Abuso de poder econômico. Controle dos atos de concentração pelo CADE. Regulamentação antidumping brasileira. Regulamentação internacional da concorrência no Mercosul e União Europeia.	
Bibliografia Básica	
• GENNARI, A. M.; OLIVEIRA, R. C. D. História do Pensamento Econômico. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • GARCIA, M. E.; VASCONCELLOS, M. A. S. D. Fundamentos de Economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. • PADOVEZE, C. L.; FRANCISCHETTI, C. E. Planejamento Econômico e Orçamento. São Paulo: Saraiva, 2017.	
Bibliografia Complementar	

- SILVA, C. R. L. D.; LUIZ, S. Economia e mercados. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- ABRÃO, Nelson. Direito Bancário. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO CIBERNÉTICO	60
O tratamento jurídico de questões postas pela ou sobre a informática e sua confluência com outros ramos do direito. Direito de informática e direito constitucional. A questão da propriedade intelectual. Teoria das obrigações e contratos eletrônicos. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Abuso do poder econômico. Proteção dos direitos da personalidade. Questões de natureza tributária. Aspectos da criminalidade informática.	
Bibliografia Básica	
• PECK, Patrícia. Direito Digital. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Digital e Processo Eletrônico. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. • PECK, Patrícia. Proteção de Dados Pessoais - Comentários à Lei 13.709/2018. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	
Bibliografia Complementar	
• TEIXEIRA, Tarcisio. LGPD e E-commerce. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • TEIXEIRA, Tarcisio. LGPD nos Cartórios. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • CABRAL, Victor; FEIGELSON, Bruno; NYBO, Erik. Direito das Startups. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. • PAESANI, Liliana Minardi. Direito de Informática: comercialização e desenvolvimento internacional do software. 9 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014. • SCHERKERKEWITZ, Isso Chaitz. Direito e Internet. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
------------	---------------

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	60
Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. O sistema norte-americano das ações coletivas. A ação civil pública. O Ministério Público e ação civil pública. A defesa dos interesses difusos e coletivos nas Leis 7.347/85 e 8.078/90. O inquérito civil público. A coisa julgada em matéria de interesses difusos e coletivos. A execução judicial referente a interesses difusos e coletivos. A ação civil pública consumerista. Estudo de casos concretos.	
Bibliografia Básica	
• ANDRADE, Landolfo; ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber. Interesses Difusos e Coletivos Vol. 1. 11. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. • ANDRADE, Landolfo; ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber. Interesses Difusos e Coletivos Vol. 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021 • PINHO, H. D. B. D.; PORTO, J. R. Manual de tutela coletiva. São Paulo: Saraiva, 2020.	
Bibliografia Complementar	
• ZIESEMER, Henrique da Rosa. Interesses e Direitos Difusos e Coletivos. Salvador: Juspodivm, 2021. • MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses Difusos: conceito e legitimação para agir. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. • OLIVEIRA, A. I. A. D.; JUNQUEIRA, A. L. C.; MALHEIROS, A. C.; COLTRO, A. C. M.; ROSSINI, A. E. D. S.; FERRAZ, C. V.; GRABOIS, C.; SIQUEIRA, C. D. J. D.; AFFONSO, D. K.; FERREIRA, E. D. D. S.; LEITE, F. P. A.; LEITE, G. S.; DIAS, J.; RIBEIRO, J. D. V.; RIBEIRO, L. L. G.; LOPES, L. D. F.; RANGEL, L. C.; BATTISTELLA, L. R.; FERREIRA, L. A. M.; ALMEIDA, L. C. C. D.; BETTINI, L. H. P.; GUGEL, M. A.; GARCIA, M.; CAMACHO, M. G.; RAIOL, R. W. G.; BENINE, R. J.; FREITAS, T. C. Q. D.; FILHO, W. M. D. C. Comentários ao estatuto de pessoas com deficiência. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. • GONÇALVES, M. V. R. Sinopses Jurídicas 26 - Tutela de Interesses Difusos e Coletivos. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. • YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2014.	
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITO	60

A relação entre feminismos, teoria queer e as pessoas trans. Heteronormatividade. Distinções sobre “sexo” e “gênero”: trans e cisgênero. Tratamento jurídico dado a pessoas trans: nome e registro; tratamento médico e patologização; legislação brasileira e alemã; jurisprudência.

Bibliografia Básica

- SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2019.
- ESTEFAM, André. Homossexualidade, prostituição e estupro. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

Bibliografia Complementar

- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil. Vol. Único. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Manual de Sociologia Jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- ❑ PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2019.
- ❑ BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Feminismo e Política. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ❑ HOOKS, Bell. O Feminismo é para todo Mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO E MOVIMENTOS SOCIAIS	60
As particularidades da formação do capitalismo no Brasil e as classes sociais. Democracia e Cidadania. Processo de formação dos Movimentos Sociais. A estrutura fundiária (concentração da propriedade e o processo de reforma agrária), os conflitos e a luta de classes. Debate sobre os “antigos” e “novos” movimentos sociais. A relação Estado, classes e movimentos sociais na contemporaneidade brasileira (a relação entre público e privado e a emergência de espaços públicos não estatais). Movimentos sociais no Brasil.	
Bibliografia Básica	

- MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia; Estado, Classe e Movimento Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- HERKENHOFF, João Baptista. Movimentos sociais e direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- NERI, Marcelo Cortes. A nova classe média. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

- MALUF, S. Teoria geral do estado. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das coisas. Vol. 5. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2019.
- SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Manual de Sociologia Jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2019.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO E IGUALDADE RACIAL	60
Movimentos Sociais Negros no Brasil: aspectos históricos e bandeiras de luta. Marcos Legais de luta antirracista no Brasil: um olhar para a construção das políticas de ação afirmativa. Bases epistemológicas e conceituais para construção de conhecimento na perspectiva antirracista. Análise dos Marcos Regulatórios das Políticas Públicas para a Igualdade Racial.	
Bibliografia Básica	
• FERRACINI NETO, Ricardo. Racismo, Povos e Comunidades Tradicionais, Promoção da Igualdade Étnico-Racial. Salvador: Juspodivm, 2022. • ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. • PIOVESAN, Flávia. Combate ao racismo. São Paulo: Saraiva, 2021.	
Bibliografia Complementar	

- SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2019.
- SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Manual de Sociologia Jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- PALMA, Rodrigo Freitas. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2019.
- DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- JACCOUD, Luciana. A construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
MEDICINA LEGAL	60
Conceitos básicos de Medicina Forense e suas aplicações no mundo jurídico. Noções gerais. Instituto Técnico e Científico de Polícia. Apresentação das principais técnicas periciais da Medicina Forense. Documentos médicos legais. Determinação médicoforense do sexo. Apresentação dos principais problemas traumatológicos e sua relevância jurídica. Meios produtores de lesões, sevícias, torturas e simulação. Lesões. Asfixiologia. Energias asfictícias. Laudo de exame de lesão corporal. Tanatologia Forense. Homicídio, suicídio, acidentes, morte cerebral e cárdio-respiratória, eutanásia e transplante. Sexologia Forense: casamento, controle de natalidade, planejamento familiar, inseminação artificial, doenças sexualmente transmissíveis. Direito Civil: comoriência, gravidez, aconselhamento genético no casamento, investigação de paternidade. Psicopatologia Forense. Distúrbios Neurológicos de Interesse Jurídico. Identidade. Testemunho. Confissão.	
Bibliografia Básica	
• BITTAR, Neusa. Medicina Legal e Noções de Criminalística. 10. ed. São Paulo: Foco, 2021. • GRECO, Rogério. DOUGLAS, William. Medicina Legal à luz do Direito Penal e do Direito Processual Penal. 13. ed. Niterói: Impetus, 2017. • UCHOA, André Luiz Alves. Medicina Legal Decifrada. São Paulo: AlfaCon, 2021.	
Bibliografia Complementar	
• STUMVOLL, Victor Paulo. Criminalística. 7. ed. São Paulo: Millennium, 2019. • CROCE, Delton. CROCE JUNIOR, Delton. Manual de Medicina Legal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. • PEREIRA, A. D. Segurança e saúde ocupacional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 • PALOMBA, G. A. Perícia na Psiquiatria Forense. São Paulo: Saraiva, 2016. • CAMARGO, M. D. A. Perito Criminal - Farmacologia. São Paulo: Saraiva, 2012	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
INTRODUÇÃO À ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR	60
Estratégias jurídicas da Advocacia Popular, com enfoque contemporâneo, humanista, multidisciplinar e base na análise de casos reais e paradigmáticos.	
Bibliografia Básica	
• ABRAÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo. Assessoria Jurídica e Popular. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009. • SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Revolução Democrática da Justiça. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014. • WATANABE, Kazuo. Acesso à Ordem Jurídica Justa: processos coletivos e outros estudos. Belo Horizonte: Del Rey, 2019.	
Bibliografia Complementar	
• LUZ, Vladimir de Carvalho. Assessoria jurídica popular no Brasil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008. • CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de Prática Forense Civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • DEZEM, Guilherme Madeira; FULLER, Paulo Henríque. JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia; Prática Jurídica Penal - 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • MESSA, Ana Flávia; JAQUES, Karina. Prática Constitucional. (Col. Completaço). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	
❓ BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco. Prática trabalhista. São Paulo: Saraiva, 2019.	

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	60
A leitura e a escrita na universidade: linguagem e conhecimento. Estudo da estrutura do texto, do parágrafo e da frase. Gramática, Ortografia e Pontuação da Língua Portuguesa: regras básicas. Estudo da estrutura do texto, do parágrafo e da frase. Tipologias discursivas jurídicas. Estruturas linguísticas das peças judiciais e dos instrumentos jurídicos. Linguagem Jurídica,	

Argumentação e Introdução a Oratória. Regras de interpretação, leitura e linguagem dos textos legais.

Bibliografia Básica

- DAMIÃO, Regina Toledo. Curso de Português Jurídico. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- TRUBILHANO, Fábio. HENRIQUES, Antonio. Linguagem Jurídica e Argumentação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- TERRA, Ernani. Práticas de leitura e escrita. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia Complementar

- TERRA, Ernani. Português Esquematizado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- TERRA, Ernani. Linguagem, língua e fala. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- GOLD, Miriam. Redação Empresarial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MARTINS, Dileta Silveira. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2015.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO E PROPRIEDADE INTELECTUAL	60
Sinais Distintivos: modalidades tradicionais e novas. Classificação nacional de produtos e serviços. Princípio da especialidade. Caducidade e proteção jurídica do nome comercial. Concorrência desleal. Obras de engenho e invenção industrial. Patentes. Direitos da propriedade industrial. Propriedade Intelectual, Propriedade Literária e Artística e Propriedade Industrial. Patentes. Sistemas de organização administrativa do registro da propriedade industrial. Invenção. Modelo de utilidade. Desenho industrial. Design. Know-how. Segredo de fábrica. Marca notória e marca notoriamente conhecida. Marcas de indústria e comércio. Sistema de registro do nome comercial. Princípio da territorialidade: nomes geográficos (indicação de procedência e denominação de origem); sinais e expressões de propaganda; transmissibilidade dos sinais distintivos; contrato de licença de uso de marca; as modalidades de extinção dos registros das marcas. Crimes contra a propriedade industrial. Contratos de transferência de tecnologia, de pesquisa e de assistência técnica. Medidas judiciais de defesa da propriedade industrial.	
Bibliografia Básica	

- MARTINO, Agnaldo. Curso de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. Vol. 1. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- NEGRÃO, Ricardo José. Curso de Direito Empresarial: Teoria Geral e Direito Societário. Vol. 1. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- TOMAZETTE, Marlon. Manual de Direito Empresarial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Bibliografia Complementar

- NEGRÃO, Ricardo José. Direito Empresarial esquematizado. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- CHAGAS, Edílson Enedino. Direito Empresarial Sistematizado: Doutrina, jurisprudência e prática. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- TEIXEIRA, Tarcísio. Curso de Direito Empresarial. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- CAMPINHO, Sérgio Murilo Santos. Curso de Direito Comercial: Direito de empresa. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- NEGRÃO, Ricardo José. Prática jurídica empresarial. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
DIREITO MINERÁRIO	60
O tratamento jurídico da mineração. Princípios constitucionais do Direito Minerário. Política econômica para a atividade minerária. Contratos minerários. Direitos reais e mineração. Procedimentos administrativos para outorga de Títulos Minerários. Direito Ambiental aplicado à mineração. Tributação da atividade minerária. Responsabilidade civil decorrente da atividade minerária. Crimes.	
Bibliografia Básica	
• FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. • HENRIQUES FILHO, Tarcísio. Direito Minerário: anotações à legislação minerária brasileira. Paraná: CRV, 2020. • SION, Alexandre Oheb. Direito Minerário em Foco. Belo Horizonte: Del Rey, 2020.	
Bibliografia Complementar	

- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito ambiental esquematizado. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- FEIGELSON, Bruno. Curso de Direito Minerário. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- AZEVEDO, Marcelo (Org.). CASTRO JÚNIOR, Paulo Honório de (Org.). MATTOS, Thiago de (Org.). FREIRE, William. Direito da Mineração: questões minerárias, ambientais e tributárias. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.
- FREIRE, William. Direito Minerário: acesso à imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

4.2 METODOLOGIA

O presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) propõe a criação de condições institucionais para a diversificação dos métodos de ensino-aprendizagem, que não consistem apenas na realização de aulas expositivas presenciais e remotas, mas também nas discussões de textos e de casos práticos, na ampliação de atividade laboratoriais, metodologias ativas e de práticas de simulação de atividades profissionais do Direito, conseguindo visualizar a ética nos diversos ramos do direito, bem como, a capacidade para inter-relacionar os conteúdos das disciplinas de todos os eixos de formação, extensão universitária e também das que compõem núcleo de disciplinas optativas, sem abandonar o caráter interdisciplinar, contextualizado com a realidade política, cultural e social do Brasil e da região amazônica localizada no sudoeste paraense, com suas peculiaridades.

Os planos de ensino são construídos com a finalidade de atender aos objetivos do curso e ao perfil do egresso, assim, permeiam na execução do currículo a integração da carga horária e a observância da sua proposta pedagógica, bem como, se prendem ao olhar regional e a concepção do Curso. Desta maneira a execução do currículo, que obedece ao critério dos eixos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares, que são divididos em formação geral, formação técnico-jurídica e formação prático-profissional, e tem como elemento essencial a adequação metodologia dos planos de ensino das disciplinas à proposta pedagógica do curso.

Nos planos de ensino, constam a descrição da ementa, objetivos, conteúdo programático, a descrição detalhada dos procedimentos específicos e adequados ao componente curricular, atividades avaliativas e referências bibliográficas básica e complementar, são disponibilizados pelos docentes com o intuito de favorecer o acompanhamento das aulas, planejamentos das atividades e estudos dos acadêmicos. Dentre as metodologias encontram-se a utilização da tecnologia da informação e recursos multimídia; seminários; atividades práticas; estudos dirigidos; oficinas; observações e intervenções simuladas; apresentação de filmes ou segmentos de filmes; estudos de caso; aprendizagem baseada em projetos, dentre outros. Além disso, são realizados trabalhos de campo, apoiados nos conteúdos conceituais trabalhados, estabelecendo o diálogo teórico-prático, a consolidação de conceitos e a construção de aprendizagens significativas.

As atividades de estágio, previstas na Matriz Curricular, são executadas mediante regulamento, referendado pelo NDE e, posteriormente, aprovado pelo Colegiado do Curso, sob supervisão/orientação da Coordenação do Curso.

O desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo previsto nos objetivos do curso e no perfil do egresso, são desenvolvidos nos estágios, nas atividades complementares e atividades de extensão. Essas atividades visam favorecer a aproximação do egresso com o campo de intervenção profissional, com os seus problemas e contradições e são importantes para reflexão, especialmente das estratégias possíveis para inovação e resolução dos problemas presentes na comunidade. As atividades complementares são sempre incentivadas e, em parte, organizadas pela Faculdade, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, de modo a ampliar a formação do aluno. Elas possibilitam a aproximação discente com as atualidades de sua área, com as últimas tendências, temáticas emergentes e desafios das áreas de intervenção profissional, além de produzir inovações na formação do aluno.

A metodologia proposta é acessível a todos os acadêmicos do curso porque se materializa também por meio dos processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem deles, inclusive estudantes com deficiência, como, por exemplo: a comunicação; textos impressos e ampliados; intérprete de LIBRAS (se for o caso); softwares que colaboram com o desempenho dos alunos com deficiências; auxílios ópticos como: lentes, lupas, etc.; entre outros recursos que são alocados na ocorrência de demanda e da necessidade

de atendimento especial do acadêmico; e, quando necessário, contará com o apoio do serviço psicopedagógico.

Os procedimentos metodológicos a serem adotados no curso, permitirão a articulação dos conteúdos, uma vez que estes se fundamentam em uma atitude cooperativa de discentes/docentes na abordagem dos conteúdos curriculares, tendo a interdisciplinaridade como princípio de integração na construção das interseções entre os conhecimentos trabalhados nos componentes curriculares semestrais.

O uso de métodos e técnicas inovadoras apoia-se nas metodologias ativas já mencionadas favorecendo a integração teórica e prática, construída no diálogo entre as dimensões conceituais e procedimentais e nas possibilidades de aplicação dos conhecimentos; favorecem a autonomia dos acadêmicos e a flexibilidade que se encontra não apenas pela inserção de disciplinas optativas, oferta de atividades complementares ou de extensão universitária, mas também por meio de seminários de temas atuais e emergentes que complementarão a formação do acadêmico. Essas atividades promovem a conexão e contextualização dos conteúdos relacionados às questões locais e regionais, com temáticas transversais do território, a exemplo da educação ambiental, populações tradicionais, conflitos do território, e demais temas relevantes para o desenvolvimento sustentável.

Além da adoção de recursos metodológicos que proporcionem aprendizagens de temas atuais e inusitados, assim como os diferenciados, a exemplo do uso de comunicação em linguagem virtual, inteligência artificial, ambientes virtuais, bem como as problemáticas ambientais, minerárias e agrárias que fazem parte das demandas locais e das discussões nacionais e internacionais.

4.3 ENSINO, INICIAÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO

O curso de Direito da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) foi estruturado com fundamento na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Seu projeto de curso visa contemplar a formação profissional conectada à formação científica e seu currículo busca expressar as necessidades de um ensino que subsidie as demais atividades acadêmicas, por meio da abordagem contemporânea e teoricamente referenciada nos conteúdos das disciplinas, resultando numa prestação de serviços à comunidade.

O ensino com base em atividades interdisciplinares está previsto na Matriz Curricular do curso de Direito e propõe que os acadêmicos estudem o Direito enquanto uma ciência social aplicada, debatam temas jurídicos relevantes e, por meio deste processo, entendam a aplicabilidade do direito no mundo prático. Com base nas referências propostas pelos professores em cada disciplina de determinado período, os estudantes desenvolverão projetos de pesquisa e/ou extensão, numa perspectiva de curricularização da pesquisa e extensão presentes no curso, por meio das disciplinas denominadas Extensão Universitária (I, II, III, IV, V, VI e VII), a serem desenvolvidas entre o segundo e o oitavo semestre, com carga horária de 420h (correspondente a 28 créditos).

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) por ser uma instituição comunitária, concebe a extensão como um elemento do processo educativo, cultural e científico, visando a desenvolver atividades em sintonia com as demandas da comunidade. Para tanto, envolve as diferentes áreas do conhecimento e fortalece o vínculo do ensino e da pesquisa com os diversos segmentos sociais, estabelecendo uma relação transformadora entre a Faculdade e a Sociedade, na construção da cidadania e no exercício de autonomia do acadêmico.

4.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares estão presentes na matriz curricular do curso de Direito, sendo regulamentadas institucionalmente e definidas como obrigatórias. Sendo ações pedagógicas que visam ao enriquecimento da vivência acadêmica do aluno, ao aprofundamento de temáticas desenvolvidas no curso e à sua formação complementar com viés jurídico e social.

De acordo com a estrutura curricular do Curso de Direito, os acadêmicos deverão cumprir no mínimo 180h de atividades complementares (correspondente a 12 créditos), o que está de acordo com as diretrizes curriculares, estas atividades devem ser escolhidas e desenvolvidas pelo aluno durante o seu período de integralização curricular, no intuito de contribuir com o aperfeiçoamento da formação acadêmica. As atividades complementares estão divididas em três modalidades: atividades de ensino, pesquisa e extensão; e incluem, dentre outras, atividades de monitoria, representação estudantil, participação em projetos de iniciação à pesquisa, publicações científicas, apresentação de trabalhos, cursos, minicursos, conferências, seminários, palestras, congressos, encontros, simpósios, workshop, mesas redondas,

ciclos de debates, estágios extracurriculares sem vínculo empregatício e projetos sociais.

O compute da carga horária de cada atividade complementar deve observar o proposto em regulamento específico. Para fins de aproveitamento, os respectivos comprovantes das atividades complementares deverão ser entregues na Secretaria Acadêmica, no Portal do Aluno ou seguindo as orientações da Coordenação do Curso de Direito. Além disso, a Secretaria da IES possui sistema para inserção e acompanhamento do andamento das atividades complementares.

Somente terão validade para compute as atividades complementares realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação em Direito Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA).

4.5 ESTÁGIO CURRICULAR

O estágio curricular se constitui em um mecanismo de aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos pelo aluno durante o curso de graduação e uma oportunidade de aplicá-los na prática. Os objetivos do estágio são: permitir a vivência profissional na sociedade; contribuir para a formação do aluno através de experiências técnico-científicas, culturais e de relacionamento humano; e promover a articulação entre a teoria e a prática.

O estágio curricular obrigatório possui carga horária de 450h (correspondente a 30 créditos) e será planejado, orientado, acompanhado e avaliado pelos professores do curso de direito Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA), em conformidade com o presente Projeto Pedagógico, e será realizado em forma de disciplinas mediante atividades desenvolvidas em campo específico de atuação dos profissionais do direito.

O estágio curricular obrigatório será desenvolvido por meio das disciplinas denominadas Laboratório de Práticas Jurídicas (I, II, III, IV e V) e Práticas Jurídicas Supervisionadas (I, II, III, IV e V), a serem desenvolvidas entre o quinto e décimo semestre. O estágio se inicia no quinto semestre do curso, por meio da disciplina Laboratório de Prática Jurídica I, tendo continuidade até o Laboratório de Práticas Jurídicas V, a ser realizado no nono semestre do curso, e sendo reforçada por cinco disciplinas de Práticas Jurídicas Supervisionadas a serem realizadas entre o sexto e décimos semestres do curso.

Nessas disciplinas, as atividades de estágio compreenderão desde visitas orientadas a campo de atuação de profissionais do Direito, acompanhamento de audiências, atendimento e orientação jurídica ao público, elaboração de peças processuais, acompanhamento de processos judiciais e administrativos, realização de atividades profissionais simuladas, elaboração de relatórios, análise de autos findos, elaboração de processos simulados, redação de petições simuladas, realização de atos de persuasão oral ou escrito, júri simulado, aprendizado de técnicas de negociação coletiva, de arbitragem e conciliação, realização de seminários, projetos e outras atividades afins, conforme pormenorizado no Ementário de cada disciplina.

O estágio curricular será item de avaliação interna, conduzida pela CPA com o apoio do NDE e do Colegiado do curso, tendo a finalidade de avaliar se as competências profissionais do perfil egresso estão sendo assimiladas e desenvolvidas conforme o previsto no PPC e quais melhorias deverão ser aplicadas na atualização das práticas do estágio a partir da análise da interlocução da IES com as Instituições de estágio, conforme relatórios parciais e final do acompanhamento institucionalizado das atividades de estágio.

As demais informações pertinentes ao estágio curricular encontram-se em regulamento próprio.

4.5.1 Estágio Não Obrigatório

O estágio não-obrigatório é opcional e realizado pelo acadêmico com o intuito de ampliar a formação por meio de vivência de experiências próprias da situação profissional. O estágio não-obrigatório pode ser realizado na própria Faculdade, junto a profissionais de advocacia devidamente registrados na OAB, e pessoas jurídicas privadas ou públicas devidamente conveniadas com a Faculdade, podendo se recorrer a serviços de agentes de integração. O estágio curricular não obrigatório não poderá ser aproveitado como estágio curricular obrigatório. A CPA incluirá no instrumento de avaliação interna a ser aplicado junto aos acadêmicos, para além de identificar os resultados alcançados, também trará informações estatísticas quanto ao número de estagiários em estágio não obrigatório.

4.5.2 Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ

O Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ é composto pelo Laboratório de Práticas Jurídicas e pelo Escritório de Prática Jurídica a serem instalados na Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA). No NPJ serão realizadas as atividades de prática jurídica curricular supervisionada além da gestão e controle dos estágios não-obrigatórios, num ambiente informatizado e com suporte técnico e jurídico.

O Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ tem o seu projeto pautado nos Direitos Humanos e na Cidadania, sendo um Laboratório permanente do curso de Direito, cujas atividades poderão ser cadastradas enquanto programa e projetos de extensão e tem como escopo: a) prestar serviços e consultorias de natureza jurídica; b) propiciar aos acadêmicos do Curso de Direito Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) a melhor formação profissional, ressaltando o aspecto humanitário e ético da profissão; c) estreitar os laços de relacionamento com a comunidade, promovendo atendimento jurídico, estudos e seminários temáticos específicos de acordo com a realidade social local; d) contribuir com a formação humanística, reflexiva e crítica necessária ao profissional da área jurídica; e) aliar teoria e prática; f) construir saber jurídico; g) capacitar o graduando para refletir, apreender, interpretar e aplicar o direito, adequando-o significativamente ao contexto social da atuação profissional.

No NPJ serão realizadas audiências de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e demais atividades jurídicas correlatas; bem como, serão ofertadas visitas orientadas em atendimento às demandas do curso, pautando suas atividades na interdisciplinaridade e a transversalidade das matérias legais, bem como nos conteúdos inovadores propostos na Matriz Curricular. Sendo, ainda, de interesse da IES o reconhecimento do NPJ como Escritório de Direito Modelo, um efetivo espaço de aprendizagem e prática jurídica.

Os resultados das avaliações periódicas do NPJ, quanto ao atendimento da demanda do curso pelo Núcleo de Prática Jurídica em suas atividades básicas, contribuirão para o planejamento de melhorias no atendimento das demandas, identificação de demandas emergentes ainda não atendidas pelo curso, bem como trarão insumos para a avaliação e ampliação das competências do perfil do egresso.

As demais informações pertinentes ao NPJ encontram-se em regulamento próprio.

4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO BACHARELADO EM DIREITO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, com carga horária de 120h (correspondente a 08 créditos) e consiste na aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso de Bacharelado em Direito, sendo uma atividade de natureza técnica, científica, social e ambiental, desenvolvida e implementada individualmente pelo acadêmico e deverá conter os princípios gerais de um trabalho de pesquisa científica, sob a orientação docente, seguindo regulamento próprio.

A apresentação do TCC é requisito indispensável para a colação de grau, que consistirá em pesquisa individual orientada, e elaborada sob a forma de uma monografia na área do conhecimento jurídico, sendo a pesquisa realizada no curso das disciplinas Elaboração de Projeto de Pesquisa Monográfica e Redação de Monografia Jurídica – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado através de Monografia Jurídica tem por objetivo propiciar aos acadêmicos do curso de Direito a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático (teórico e prático), a interdisciplinaridade, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica do Direito. Para tanto, o curso deverá promover condições para o desenvolvimento de pesquisa efetiva, incentivando a iniciação científica e a extensão universitária, e mantendo acervo bibliográfico e estrutura física que viabilizem essa tarefa. Além disso, a Biblioteca da IES será responsável pela divulgação dos manuais do TCC, assim como o seu repositório na internet, através do sistema em uso na biblioteca.

As demais informações pertinentes ao Trabalho de Conclusão de Curso encontram-se em regulamento próprio.

4.7 APOIO AOS DISCENTES

O SAEC – CURSO DE DIREITO (Serviço de Apoio ao Estudante Cavanis) tem como eixo principal colaborar na formação de alunos autônomos, competentes e solidários, por meio da participação efetiva dos estudantes em atividades desenvolvidas pela Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA).

O SAEC é oferecido para os alunos do Curso de Direito colaborando na resolução de problemas de ordem pedagógica, profissional, administrativa e psicológica, de forma que se sintam realizados profissional e pessoalmente.

O SAEC – CURSO DE DIREITO dispõe de:

- a) Apoio Psicopedagógico – orientação e encaminhamentos de questões psicológicas que interferem no processo de formação e rendimento acadêmico, como socialização e baixa autoestima; quando identificadas, o aluno recebe indicações dos caminhos a serem percorridos para sanar ou, ao menos, amenizar tais dificuldades; orientação quando as questões são de ordem pedagógica, envolvendo rendimento escolar, dificuldades específicas de aprendizagem, são indicados programas que favoreçam o nivelamento das dificuldades apresentadas; além de orientação com apoio administrativo e de profissional específico, por meio de curso de extensão; atividades de reforço com o apoio de um aluno monitor, entre outros.
- b) Programa de Nivelamentos de alunos – a partir do processo da matrícula, os estudantes farão parte do Programa de Nivelamento, conforme necessidades apresentadas nos primeiros períodos de cada curso. O Programa de Nivelamento constitui-se em:
 - Promover o nivelamento no processo ensino-aprendizagem para o pleno acompanhamento dos discentes ao programa de estudos do curso;
 - Os docentes ao detectarem deficiências na aprendizagem dos seus alunos os encaminharão ao Programa de Nivelamento;
 - A instituição manterá no seu Programa de Nivelamento atendimento exclusivamente aos discentes do primeiro período de cada curso com deficiência, principalmente, em Leitura, Interpretação e Escrita, sem gerar nenhum ônus para os mesmos;
 - O Programa de Nivelamento consistirá em aulas em horário não acadêmico tendo início no mês subsequente ao primeiro mês do calendário letivo;
 - A carga horária do Programa de Nivelamento não poderá ser inferior a 24 horas/aula.

Desde o ano de 2017 a Faculdade Católica Cavanis oferta o Programa de Nivelamento, buscando minimizar as deficiências de conhecimentos apresentados em

áreas pontuais pela maioria dos egressos do Ensino Médio, bem como dar reforço aos conteúdos específicos da área de formação.

- c) Monitoria – a atividade de monitoria tem o objetivo de incentivar a troca de conhecimentos entre os alunos, possibilitando também a experiência do discente na atuação junto ao professor no ensino da disciplina. Conforme regulamento específico, o aluno passa por um processo de seleção de monitoria e a função de monitor é desempenhada sob a supervisão de um professor. É de responsabilidade dos monitores auxiliar o professor nas aulas teóricas e práticas, tirar dúvidas dos estudantes, e ajudar na realização de listas de exercícios passados pelo professor através de grupos de estudos. Os monitores também podem auxiliar na correção de provas e precisam entregar relatórios de suas atividades ao professor orientador nas datas estipuladas. Os principais pré-requisitos para se tornar um monitor são: análise do histórico escolar, seguido de uma prova e/ou entrevista com o professor orientador. É importante que o estudante tenha obtido bons resultados na disciplina em que deseja ser monitor para ser aprovado na primeira fase do processo.
- d) Ouvidoria – constitui-se em um espaço de livre participação do discente para manifestar sugestões, crítica, elogios e até mesmo desabafos, por meio de um ouvidor presencial que duas vezes por semana dedicará quatro horas para esse atendimento ou no site da Faculdade aonde tem um e-mail específico para receber as manifestações dos discentes, que serão respondidas pelo ouvidor de forma virtual.
- e) Centro Acadêmico – serão apresentadas ferramentas de apoio para incentivar a instituição do Centro Acadêmico e viabilizar o contato com outros Centros Acadêmicos de Direito em atividade, fazendo compreender a importância da representatividade do órgão na defesa dos interesses dos alunos de um curso perante a IES e a sua importância para a vida acadêmica, promovendo melhorias no ensino, defendendo os direitos dos estudantes e organizando eventos.

- f) Intercâmbio em Direito – serão desenvolvidos estudos e projetos de intercâmbio com a Congregação Cavanis em missão na América Latina e Europa para instituir o programa de Intercâmbio em Direito permitindo aos estudantes de Direito aprofundar seus conhecimentos em diferentes sistemas jurídicos, culturas e práticas, enriquecendo sua formação acadêmica e profissional.
- g) Programa de Inteligência Artificial (IA) no Direito – implementar nas atividades de prática jurídica novas ferramentas e perspectivas para a análise, resolução e gestão de processos e resolução de conflitos com base na IA, identificando quais as melhores IA's para a atividade jurídica; com o seu uso voltado para automatizar tarefas rotineiras, melhorar a eficiência dos processos, reduzir erros e auxiliar na tomada de decisões jurídicas; trazendo, também, um estudo e avaliação dos limites na utilização da IA no Direito, com foco em questões éticas e regulatórias, como a responsabilidade legal, a privacidade, a garantia de imparcialidade e da checagem da veracidade das informações.
- h) Outros Serviços de Apoio Educacional:
 - I. Apoio universal, isto, disponível a todos os acadêmicos, é prestado pela biblioteca, pelos coordenadores, professores do curso. Nessa dimensão situam-se as informações sobre o curso e as orientações quanto:
 - a) elaboração de trabalhos e atividades apresentadas pelos professores
 - b) a elaboração de trabalhos acadêmicos;
 - c) realização das atividades práticas;
 - d) realização do estágio supervisionado;
 - e) procedimentos referentes à matrícula, e requerimentos, recuperação de estudos;
 - f) projetos de monitoria.
 - II. Apoio dirigido aos portadores de necessidades especiais como forma de materializar a acessibilidade pedagógica, a acessibilidade de comunicação e acessibilidade digital. Ou seja, a materialização da política institucional de inclusão.
 - III. Acolhida aos Calouros, quando a Faculdade recepcionará os calouros do curso por meio da realização da Semana de Integração do Calouro.

Serão realizadas palestras, oficinas, minicursos, visitas às dependências da instituição, orientações sobre o uso da biblioteca.

- IV. Promoção e Participação em Eventos Acadêmicos serão promovidos eventos específicos, seja na forma de ciclo de palestras, seminários, semanas e simpósios, tendo em vista o relevante significado no processo de formação acadêmica, uma vez que possibilitam alargar o horizonte de abordagens e temas, além de interdisciplinarizar e transversalizar conteúdos e temáticas trabalhadas nas diversas disciplinas. No evento específico do curso deve ser programada, sempre, a inclusão de um tema de caráter transversal relativo à diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, educação em direitos humanos, educação étnico-racial e à atenção à pessoa autista. Todos os eventos realizados pelo curso devem ser previamente programados e, ao seu final, devem ser produzidos relatórios que deverão ser devidamente arquivados, conforme a política institucional regulamentada. A Faculdade estimula, também, a participação dos acadêmicos em seminários, congressos, semanas, simpósios, oficinas e outros eventos similares, afins à área acadêmica e profissional promovidos por outras instituições. A participação nesses eventos, realizados externamente, pode ter origem diversa, porém, em todos os casos deve ser elaborado Relatório e se dará em obediência ao disposto no regulamento institucional específico.
- V. Formação Continuada é um programa que visa integrar diferentes projetos que incrementam, em diversas áreas dos cursos ofertados. O processo de formação continuada da Faculdade abrange a oferta de cursos de qualificação e de atualização a cursos de pós-graduação lato sensu, os quais estarão abertos à comunidade em geral e para os quais os acadêmicos e egressos da Faculdade, que terão descontos na mensalidade.
- VI. Convênios com empresas e entidades públicas e privadas, tendo em vista que Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) celebra parcerias com entidades empresariais, empresas, órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal e organizações não governamentais com a finalidade de concessão de

descontos e para a realização de atividades práticas e, de modo especial, as de estágio, obrigatório ou não.

- VII. - Apoio financeiro é importante porque a Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) procura sempre conhecer o seu estudante e para isto realiza ações, tais como: a) identificará os acadêmicos economicamente carentes, a concessão de bolsas de estudo e de iniciação científica; b) concederá descontos em mensalidades aos regularmente matriculados; c) promoverá intercâmbio nacional a ser definido pelo colegiado do curso.
- VIII. Incentivo à organização estudantil é quando os alunos serão orientados a criarem a sua organização estudantil, a fim de que possam participar de atividades em centros acadêmicos ou em movimentos sociais regionais e nacionais em prol de sua categoria.
- IX. Participação dos alunos nos órgãos colegiados, além da participação do Corpo Discente no processo de avaliação institucional, por meio de pesquisas de satisfação, os alunos são orientados a ocuparem os assentos, por meio de representantes, no Conselho Superior e em Reuniões de Colegiados. Outra forma de participação dos alunos se dará por meio de reuniões realizadas pela Coordenação com os representantes de classe, escolhidos pelos próprios alunos.

4.8 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem tem um merecido papel de destaque no processo de ensino-aprendizagem e tornou-se um referencial importante para o desenvolvimento da ação pedagógica. Os procedimentos avaliativos devem ser compreendidos como elementos à permanente busca do desenvolvimento individual e coletivo, entendendo o significado da avaliação como parte integrante de uma dinâmica em constante evolução.

A avaliação das atividades curriculares é feita de forma contínua e diversificada, levando-se em consideração os objetivos definidos no Plano de Ensino de cada disciplina e os objetivos gerais do Curso de Direito.

Considera-se, assim, a avaliação como meio facilitador da realização total do projeto ensino em suas três grandes fases: a planificação, embasada pela avaliação diagnóstica (identifica necessidades, recursos e problemas); o desenvolvimento, embasado na avaliação formativa (detecta sucessos e desvios) e a conclusão, embasada na avaliação somativa (verifica o alcance dos objetivos). Seja qual for o tipo de avaliação (diagnóstica, formativa ou somativa), ela será sempre executada por meio de seus três momentos fundamentais: delinear (especificar quais as informações necessárias), obter (coletar, organizar e interpretar as informações) e prover (entregar as informações obtidas ao responsável que tomará decisões). Todos os procedimentos avaliativos descritos neste PPC, estão amparados no Regimento institucional e na Resolução interna nº02/2022-FCCSPA.

O curso de Direito no seu processo de avaliação de aprendizagem sugere a valorização da articulação entre os conhecimentos teóricos e as experiências práticas, reconhecendo as competências e habilidades adquiridas pelo aluno fora do ambiente escolar. A busca da interdisciplinaridade se desenvolve por meio de atividades atinentes à contextualização curricular via projetos, pesquisas, trabalhos socializados individuais e coletivos, palestras e aulas integradas. Verifica-se também o comprometimento dos professores com o sucesso do aluno e o respeito ao desenvolvimento da pessoa humana e as diversidades culturais, preparando adequadamente a inserção do cidadão no mundo do trabalho altamente competitivo.

As informações dos resultados dos processos avaliativos de aprendizagem são disponibilizadas no andamento das disciplinas, através da análise das atividades aplicadas e propostas, de modo a aferir frequentemente os conhecimentos adquiridos e as habilidades desenvolvidas, contribuindo com a natureza formativa da avaliação, e possibilitando a adoção de ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas e dos resultados obtidos.

Entre as atividades avaliativas, necessárias para que o acadêmico adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias a sua formação, poderão constar:

1. Atividades presenciais e remotas (como Estudo Dirigido, Estudo de Caso, Relatório de prática individual, etc.);
2. Relatórios de trabalho de campo/visitas orientadas;
3. Provas/Avaliações escritas;
4. Provas/Avaliações orais;

5. Seminários;
6. Projetos
7. Fichamentos de livros;
8. Trabalhos em grupo;
9. Trabalhos individuais;
10. Elaboração de projetos de pesquisa;
11. Estágios;
12. Discussões temáticas;
13. Monografia Jurídica;
14. Participação em eventos.

No âmbito das disciplinas do curso, os docentes possuem autonomia para estabelecer, em seus planos de ensino, os mecanismos avaliativos dos discentes, levando em consideração:

- a) a diversificação das modalidades e temporalidade das avaliações, ou seja, combinar diferentes tipos de avaliação (provas individuais, teóricas e práticas, trabalhos em grupo ou individuais, apresentações de seminários, grupos de discussão, pesquisas e projetos) em diferentes momentos da disciplina, em função de sua modalidade (disciplina teórica, prática, teórico e prática);
- b) a exploração da criatividade e da capacidade de análise crítica do discente no processo de abstração e absorção dos conteúdos.

Constam nas normas internas da Faculdade, as seguintes regulamentações:

- A cada verificação de aproveitamento, será atribuída uma nota de 0 (zero) a 100 (cem);
- A média de aprovação será igual ou superior a 60 (sessenta) nas atividades desenvolvidas durante o período letivo;
- Independentemente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina, o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades.

Fórmula:

$$\text{Média} = (N1 + N2 + N3 + N4) / 4$$

Onde,

N1 = refere-se à primeira avaliação;

N2 = refere-se à primeira prova;

N3 = refere-se à segunda avaliação;

N4 = refere-se à segunda prova.

- O aluno que obtiver na disciplina, nota igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 60 (sessenta), e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) por cento, poderá realizar exame final (recuperação). Anulam-se as notas obtidas durante o semestre e aplica-se uma avaliação no valor de 100 pontos. Será aprovado o aluno que obtiver nota superior a 60 pontos.
- A Monografia Jurídica, etapa final do Curso de Direito – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), será avaliada por uma banca examinadora, tendo por base os objetivos da disciplina e a temática do trabalho.

Vale destacar que o professor deve apresentar aos acadêmicos, antes do início de cada período letivo, os critérios de avaliação juntamente com as demais informações do Plano de Ensino da disciplina. E ainda são asseguradas ao professor, na verificação do rendimento escolar, a liberdade de formulação de questões e a autoridade de julgamento. No estágio curricular supervisionado, nas atividades complementares e no trabalho de conclusão de curso, os acadêmicos sujeitam-se à demonstração de resultados apurada segundo critérios estabelecidos nos regulamentos próprios.

Ademais, os resultados das avaliações de cada componente curricular, devem se tornar objetos de estudo do Colegiado de Curso, para implementar melhorias nas estratégias avaliativas de verificação da aprendizagem.

Outro ponto relevante, é que a autoavaliação dos acadêmicos também contribuirá para a implementação de melhorias e assim oportunizar a atualização do PPC e dos planos de ensino com práticas avaliativas das aprendizagens que realmente sejam formativas.

4.8.1 Sistema de autoavaliação institucional e do curso

Além da avaliação do desempenho escolar, a Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) realiza semestralmente uma avaliação institucional por meio da participação de:

- Atores internos: alunos, professores, pessoal técnico-administrativo, dirigentes;
- Atores externos: As avaliações devem ser feitas por comissões formadas por especialistas de alto nível, preferencialmente envolvendo avaliadores externos às Instituições.

Os professores são avaliados semestralmente pelo corpo discente para terem à disposição elementos críticos que permitam a evolução do seu desempenho em relação à disciplina ministrada.

Em atenção aos procedimentos e instrumentos de avaliação implantados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, através da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior – CONAES, o Projeto Pedagógico do Curso será avaliado periodicamente pelos segmentos da comunidade escolar envolvida, sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O processo de avaliação da Instituição é contínuo, de permanente interação, visando ao aperfeiçoamento. A avaliação requer coragem para refletir e mudar. As mudanças, em geral, implicam rever caminhos, posições, atitudes e mesmo dogmas. Neste aspecto, a avaliação necessita de um olhar imparcial, crítico. Refletir sobre as próprias falhas não é uma das qualidades mais comuns ao ser humano. Mas estes momentos de reflexão trazem o crescimento, a maturidade e a consolidação da identidade da instituição.

No âmbito do Sistema de Avaliação do Projeto do Curso, pode-se entender que a institucionalização da Comissão Própria de Avaliação (CPA), de acordo com a Lei nº 10.861 de 2004, e do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), Resolução CONAES nº 01 de 2010, são os órgãos que por meio da reflexão, podem, constantemente, avaliar e organizar a Instituição de Ensino Superior (IES) e, conseqüentemente, o curso de Direito.

Por sua vez, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), criado em 2004, que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem a finalidade de avaliar o rendimento dos estudantes dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados, verifica as suas habilidades e competências.

A autoavaliação do curso está inserida no Projeto de Avaliação Institucional, portanto estará em constante aferição, obtendo relatórios e diagnosticando situações que irão nortear, em consonância com a legislação vigente e as discussões

profissionais dos órgãos das classes, os rumos para o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e para as inovações necessárias em prol da excelência na qualidade do curso de Direito.

A Avaliação Institucional é operada sob a orientação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) que permite a avaliação de todas as dimensões institucionais e por todos os atores, desde os professores, os alunos, pessoal técnico administrativo e a comunidade externa. Os resultados da avaliação são criteriosamente analisados pelos dirigentes e as medidas adotadas atendem ao disposto no Regulamento Interno da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

5 CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Direito, composto por 05 professores atuantes, será responsável pela análise e avaliação da qualidade do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e proporá melhorias para serem discutidas e se aprovadas, resultando em nova estrutura e ordenamento do curso. Compete ao NDE:

- Participar efetivamente da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) definindo sua concepção e fundamentos;
- Elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
- Participar da revisão e atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para análise e aprovação;
- Realizar estudos e atualização periódica (anualmente) do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) visando a modernização da matriz curricular e a implementação de novos sistemas de ensino-aprendizagem, utilizando-se também das avaliações internas e externas realizadas por comissões da IES;
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definido pelo colegiado e o impacto do sistema de avaliação na formação do discente.
- Analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas dispostas na matriz curricular;
- Propor as integrações horizontais e verticais do curso respeitados os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

- Produzir trabalhos científicos do interesse do curso;
- Avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão oriundas de necessidades do curso;
- Estar atento às exigências do mercado de trabalho e estar afinado com as políticas públicas relativas à área do conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso;
- Propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;
- Propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- Convidar consultores *ad hoc* para auxiliar nas discussões do Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- Levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;
- Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada e o estímulo à produção científica e publicações;
- Adotar procedimentos de incentivos acadêmicos para permanência dos membros do NDE, no intuito de manter a integralidade ou parte de seus membros em atividade no núcleo até o próximo ato regulatório do curso.

5.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

O Coordenador do Curso de Direito cumpre as suas atribuições mediante a articulação permanente com os demais coordenadores de outros cursos da instituição, seja nas reuniões do Conselho Superior, seja em reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, seja por meio de reuniões individuais, em especial com os demais coordenadores de cursos, docentes e discentes. Como resultado dessas consultas/avaliações o Coordenador do Curso de Direito, em reuniões individuais com os docentes discute a condução da disciplina, a metodologia do ensino, os critérios para avaliação do processo de ensino aprendizagem, propõe a revisão e os ajustes nos programas das disciplinas, deliberando em conjunto os ajustes necessários e, quando considerados necessários, são submetidos ao Colegiado do Curso ou ao Núcleo Docente Estruturante para aprovação,

Da mesma forma, em reuniões individuais ou conjuntas com os discentes, o Coordenador tem horário disponível para o pronto atendimento, bem como contribui na orientação pedagógica, fomentando a aprendizagem e o saber. Promove encontros entre os representantes de turma, discutindo os projetos e buscando a constante melhoria da qualidade do ensino e apresentando as inovações jurídicas.

O coordenador de curso tem diálogo aberto com professores e alunos, de modo a formar parcerias, ouvir opiniões e garantir a satisfação/atualização do grupo.

A atuação da Coordenação do Curso de Direito está a cargo de um coordenador que tem as funções definidas no Regimento Interno da Faculdade e no Plano de Ação do Curso. Assim, compete ao Coordenador de Curso:

- I. - representar a Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) de Novo Progresso em atos públicos e privados;
- II. executar, na íntegra, a proposta de curso de graduação aprovada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC);
- III. responsabilizar-se pela qualidade e eficácia do curso sob sua coordenação;
- IV. manifestar-se em parecer ou informação acerca de assuntos sobre os quais tenha sido consultado pelo Conselho Superior ou pela Diretoria;
- V. organizar plano de aplicação de verbas, com base no orçamento aprovado;
- VI. manifestar-se sobre pedidos de afastamento, licença e disponibilidade de pessoal docente;
- VII. manifestar-se sobre a participação de representantes em congressos e demais eventos científicos e culturais, observadas as disponibilidades financeiras específicas;
- VIII. examinar e acompanhar a execução dos planos de ensino das disciplinas do currículo pleno do curso nas aulas presenciais e remotas;
- IX. decidir sobre reexames de avaliação de resultados escolares, adaptações, aproveitamento de estudos e de disciplinas, mediante requerimento dos interessados;
- X. incentivar as atividades de ensino e extensão e promover a pesquisa;
- XI. incentivar as produções científicas e publicações pelos docentes;
- XII. responsabilizar pela coordenação técnico-pedagógica do curso e pela implementação das atualizações da matriz curricular;

- XIII. buscar subsídios para manterem atualizados os projetos pedagógicos do curso;
- XIV. garantir as metodologias do curso, de forma a viabilizar a concretização dos perfis profissionais estabelecidos para o curso;
- XIV garantir meios e condições para a realização de trabalhos pedagógicos eficazes e efetivos;
- XV - assegurar no curso, dinâmicas que explicitamente, canalizem esforços e recursos para a concretização dos perfis profissiográficos estabelecidos para o curso;
- XVI - avaliar os procedimentos adotados nos estágios, para a consecução do perfil;
- XVII - orientar os alunos nas suas vidas acadêmicas;
- XVIII - propor medidas para melhor atendimento aos alunos pelos professores;
- XIX - administrar e avaliar as atividades docentes, adequando-as às exigências de um ensino de qualidade;
- XX - responsabilizar-se pelos professores que atuam no curso e contribuir para a sua formação continuada;
- XXI - presidir as reuniões do Colegiado de curso e do NDE;

O coordenador de curso terá seu trabalho pautado no Plano de Ação do Curso do Curso de Direito que trará as inovações do mundo jurídico, aliando tecnologia jurídica e a atualização de práticas relacionadas ao enfrentamento destas novas demandas jurídicas.

5.3 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso de Direito será regulamentado e institucionalizado por regulamento próprio, considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamentos das decisões.

Conforme Regimento Interno da instituição, o Colegiado de Cursos, órgão deliberativo em matéria de natureza acadêmica operacional, administrativa e disciplinar, é constituído:

- I. Pelo Coordenador de Curso;
- II. Por 3 (três) representantes dos professores;
- III. Por um representante dos alunos, indicado por seu órgão representativo, que esteja regularmente matriculado no curso e que não tenha sido reprovado em nenhuma disciplina, dentre as já cursadas.

As reuniões do colegiado Curso de Direito serão programadas e realizadas ordinariamente a cada semestre letivo e extraordinariamente quando necessário. Sendo que o registro das reuniões será registrado em atas, datadas, assinadas e arquivadas para fins de registro documental da Coordenação do Curso de Direito.

Após a realização das reuniões com a discussão e aprovação dos pontos de pauta, os encaminhamentos são feitos pelos respectivos responsáveis designados em cada reunião. E, de acordo com o Regimento Interno da instituição, compete ao Colegiado de Cursos: coordenar e supervisionar as atividades dos professores do Curso; apresentar propostas relacionadas ao plano pedagógico do Curso; acompanhar a execução do plano pedagógico do Curso; coordenar os programas de ensino e as experiências pedagógicas; regulamentar a verificação do rendimento escolar, o trancamento de matrícula, a reopção, a transferência, a obtenção de novo título; acompanhar, a execução do regime didático e o cumprimento de programas aprovados; exercer outras funções na sua esfera de competência, de acordo com este Regimento; normas complementares e ordens de serviço, dentro de sua esfera de competência; deliberar sobre proposta do Coordenador do Curso para desligamento de discente da Faculdade motivado por ato de indisciplina, contrário à lei ou que exponha a risco a integridade física ou moral dos discentes, professores e empregados da instituição; exercer outras funções na sua esfera de competência, de acordo com este Regimento.

5.4 QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A qualificação dos docentes e dos técnico-administrativos é de fundamental importância para o atendimento aos padrões de qualidade definidos pela Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA). Considerando que uma das formas de manter a qualidade das atividades acadêmicas é a permanente qualificação dos quadros docente e técnico-administrativo, uma das metas institucionais da instituição é ter uma política de qualificação.

A equipe docente e técnico-administrativa contribui com para a melhoria das práticas educativas e de atendimento aos acadêmicos, sendo importantes atores no processo fidedigno de ensino-aprendizagem-educação.

De igual modo, a avaliação docente faz-se necessária. Além daquelas objetivas, formalizadas em documentos comprobatórios da titularidade,

qualificação profissional e desempenho, realizadas para contratação e apresentação de relatórios de avaliação. Deve-se, ainda, aferir os valores sociais exercidos pelo professor junto à comunidade acadêmica e em prol da faculdade.

Por fim, deve ser analisada a atuação do corpo técnico-administrativo, devendo, por sua vez, também fazer parte do processo de avaliação interna da instituição. Estas considerações são feitas dentro do entendimento de que nenhum projeto de formação de pessoal qualificado terá resultados satisfatórios, sem um planejamento, execução e avaliação da equipe.

Desse modo, o curso será dinâmico, atualizado e com integração do corpo docente e técnico-administrativo no sentido de garantir a formação de profissionais do Direito de alto nível.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 BLOCO DO CURSO DE DIREITO ANEXO AO PRÉDIO SEDE DA FACULDADE

Para atender as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e dar suporte aos estudantes do curso de Direito a ser ofertado pela Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) está em construção, já com algumas partes finalizadas, um bloco anexo ao prédio sede da Faculdade, que servirá para um melhor funcionamento do curso.

O Bloco do Curso de Direito abrigará: salas de aula; Núcleo de Práticas Jurídicas; Tribunal do Júri Simulado/Mini-auditório; Centro Acadêmico do Curso de Direito; SAEC – CURSO DE DIREITO (Serviço de Apoio ao Estudante Cavanis), Salas Administrativas e Capela.

6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) possui salas de coordenação de curso e administrativas, climatizadas, iluminadas e equipadas.

6.3 SALA DE PROFESSORES E SALA DE TEMPO INTEGRAL

A sala de professores da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) possui um espaço amplo, ambiente ventilado e iluminado, contendo gabinetes individuais, mesa e cadeiras, armário, geladeira, com disponibilidade de computadores, internet e impressora para que os docentes possam realizar pesquisas e impressão de materiais. A sala dispõe de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais e também é utilizada para que os professores possam realizar reunião e atendimento aos alunos (quando necessário).

O espaço de trabalho para professores de tempo integral ou de apoio aos professores que necessitem de uso do espaço dispõe de mesa com cadeiras e internet, computador, impressora, armários, sofá, frigobar, em espaço privativo. Ele viabiliza as ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais e possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados. Para o atendimento aos discentes e orientandos, garantindo a privacidade.

6.4 SALAS DE AULA

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) conta com uma infraestrutura para atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de iniciação à pesquisa e de atendimento à comunidade interna e externa que abrange 06 (seis) salas de aula, com capacidade para atender 40 (quarenta) alunos. As salas de aula possuem ambiente climatizado, janelas, ventilação adequada, carteiras, iluminação, mesas e cadeiras para professores, e acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais. A faculdade está em fase de ampliação de sua estrutura e, no bloco em construção, serão acomodados os alunos do curso de Direito. As demais instalações serão organizadas a partir do início das aulas do curso.

6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) possui um laboratório de informática destinado para atender os alunos de graduação e comunidade externa, com ambiente climatizado, iluminado, com acesso à internet e com acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais. O laboratório possui 20 (vinte) computadores, 1 (um) computador para professor, e uma bancada disponível para uso de notebooks pessoais. Os equipamentos contam com softwares utilizados para práticas pedagógicas, sistema de multimídia, quadro e projetor. Todos os discentes têm livre acesso a equipamentos de informática.

O envolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's, dentre as várias possibilidades, na Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) ocorre por meio da disponibilização de pontos de acesso à Internet, de acesso às redes sociais, de softwares para todas as áreas abrangidas pelos cursos oferecidos pela Instituição. Propõem-se aos estudantes metodologias alternativas que contribuam para o desenvolvimento de estudos individualizados e em grupos com o uso de ferramentas tecnológicas adequadas às melhores práticas pedagógicas, com o uso da plataforma Google Sala de Aula, Google Drive, OneDrive, textos virtuais para complementar as atividades de estudo dos estudantes, entre outras. Os equipamentos (hardware) e os programas (software) usados nos laboratórios de informática são atualizados permanentemente, com a periodicidade indicada pelos técnicos da área e pelos professores. Também é utilizado um sistema acadêmico por meio de uma infraestrutura tecnológica adequada para o acompanhamento e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, que permiti facilidade de acesso aos dados e registros

acadêmicos; fazer requerimentos e solicitações. Além disso, como já explanado anteriormente, o aluno tem acesso aos laboratórios de informática; internet; salas de aulas equipadas com modernos equipamentos de informática, sistemas multimídias e projetor multimídia (Datashow).

Enfim, a FCCSPA, seguindo o seu plano de expansão e atualização, sempre buscando a melhoria do atendimento, investe em laboratórios de informática, redes wireless para acesso à Internet sem fio para professores e alunos, Sistemas de Gestão da Informação Acadêmica, biblioteca digital, incluindo ainda as tecnologias do Portal do Aluno, do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, com softwares adequados.

Desse modo, registramos que vários serviços serão oferecidos aos discentes, por meio da Internet, permitindo acesso: à solicitação de requerimentos diversos; materiais didáticos; planos de ensino e programação de atividades acadêmicas; calendário escolar; notas e faltas; situação financeira; número de horas de atividades complementares cumpridas; biblioteca virtual; avaliação institucional, através de formulário on-line, desenvolvido pela CPA; acesso à Internet, para o desenvolvimento de pesquisa e trabalhos; acesso à Ouvidoria e à Coordenação do Curso.

O Laboratório de Informática está regulamentado, implantado e disseminado entre docentes, discentes e corpo técnico e será também disseminado aos alunos e docentes do curso de Direito. Além disso, está em fase de instalação mais um Laboratório de Informática, conforme plano de expansão da Faculdade.

6.6 BIBLIOTECA

Será de uso comum da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA). Ressaltando que a biblioteca deverá ter seu acervo renovado com a aquisição da bibliografia do curso de Direito, devendo ainda constituir-se em um centro informatizado a base de programas especificamente destinados ao referencial de obras jurídicas gerais e específicas, revistas e periódicos, devendo as fontes para consulta serem disponibilizadas através de terminais de computador já instalados no local, inclusive já tem internet disponível e acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais.

A biblioteca da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSPA) dispõe de acervo bibliográfico físico e virtual, além de periódicos especializados e acesso pelo Portal do Aluno.

6.7 RECURSOS AUDIOVISUAIS

A Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará (FCCSP) possui equipamentos audiovisuais disponíveis para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além dos equipamentos constantes nos laboratórios.

6.8 ATENDIMENTO À COMUNIDADE

A comunidade terá acesso aos serviços prestados no Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, que consistem na orientação jurídica e na assistência judiciária que promovam o respeito aos direitos sociais e individuais do cidadão, bem como o atendimento também será ofertado através dos Convênios firmados com entidades públicas e privadas que atuam na área jurídica.

7 REFERENCIAIS TEÓRICOS DO PPC

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996

BRASIL. Governo Federal. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. Brasília, 2004.

BRASIL. Governo Federal. **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Decreto n. 5.625, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, 2005.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Carga Horária Mínima e Procedimentos Relativos à Integralização e Duração dos Cursos de Graduação, Bacharelados, na Modalidade Presencial**. Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Procedimentos a serem adotados quanto ao Conceito de Hora-aula**. Resolução n. 3, de 2 de julho de 2007. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituição do e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação**. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Núcleo Docente Estruturante**. Resolução CONAES n. 1, de 17 de junho de 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012. Brasília, 2012.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos**. Portaria Normativa nº23 de 21 de dezembro de 2017. Brasília, 2017.

FCCSPA. Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará. **Regimento Interno da Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará – FCCSPA**. Novo Progresso, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito**. Parecer CNE/CES n. 635, de 4 de outubro de 2018. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito**. Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2018. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, e dá outras providências**. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Alteração do artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito**. Parecer CNE/CES n. 757, de 10 de dezembro de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito**. Resolução n. 2, de 19 de abril de 2021. Brasília, 2021.

ANEXOS